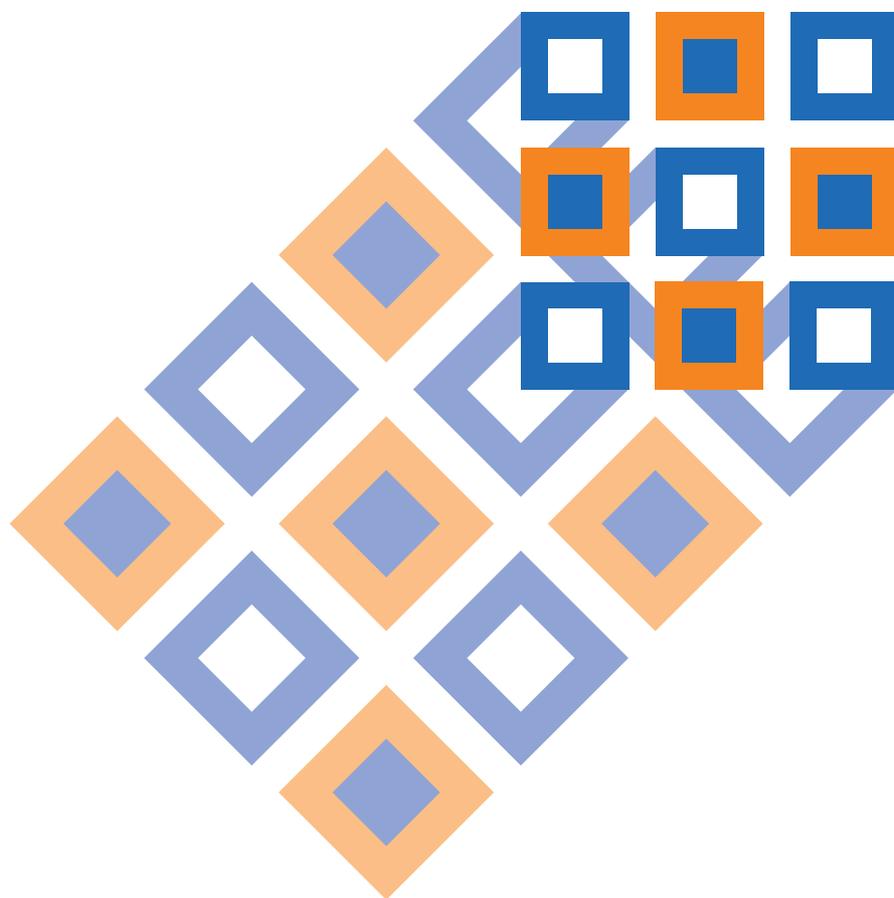


MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

CARTA SOCIAL

REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

RELATÓRIO 2006



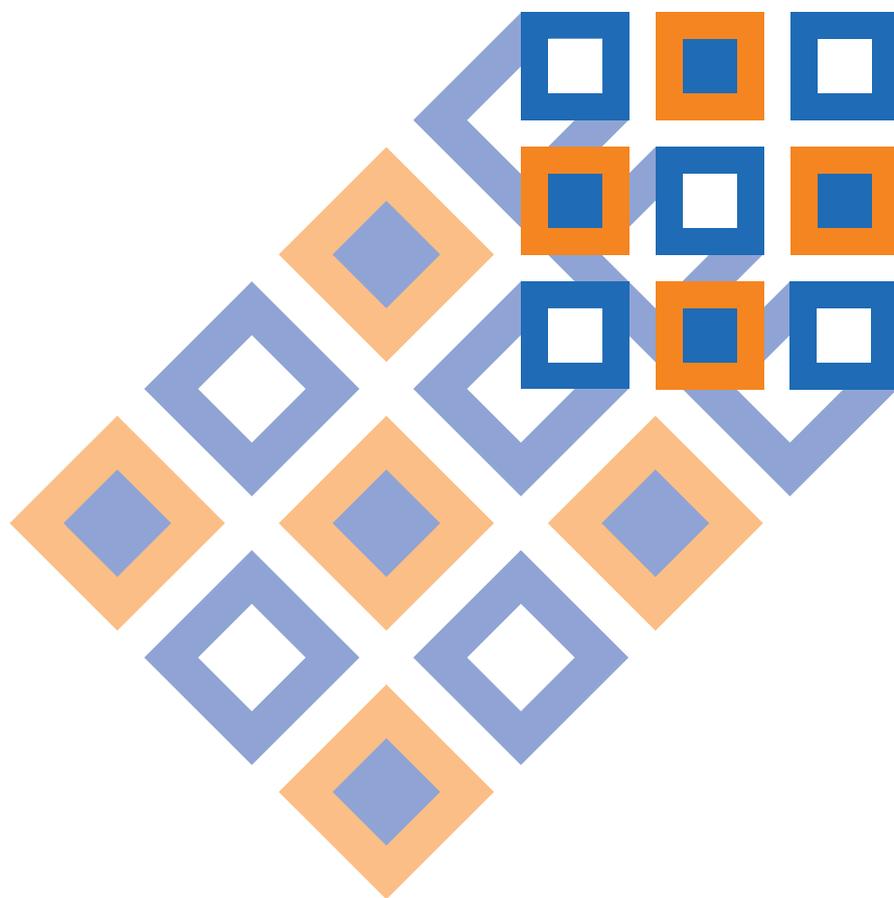
Gabinete de Estratégia e Planeamento

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

CARTA SOCIAL

REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

RELATÓRIO 2006



Gabinete de Estratégia e Planeamento

ERRATA

Na página 20, no 4.º parágrafo, onde se lê «13 concelhos registam uma taxa de cobertura que não ultrapassa 1/3 da média nacional (22,3%)», deve ler-se «47 concelhos registam uma taxa de cobertura que não ultrapassa 15%, sendo a média nacional de 26,2%».

Na página 23, no 1.º parágrafo, onde se lê «e apenas um distrito regista uma taxa de cobertura inferior a 50% da média nacional (2,8%)», deve ler-se, «sendo a taxa de cobertura média nacional igual a 2,7%».

Na página 26, no 3.º parágrafo, onde se lê «ao passo que em 12 concelhos a taxa de cobertura máxima atinge apenas cerca de 50% da média nacional (11,1%)», deve ler-se «ao passo que em 104 concelhos a taxa de cobertura máxima não ultrapassa 11,2%, sendo a média nacional de 11,5%».

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) / MTSS

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Relatório 2006

Coordenação de GEP/MTSS

Outras Edições

Plano Nacional de Emprego 1999 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2000 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2001 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2002

Plano Nacional de Emprego 2003

Plano Nacional de Emprego 2004

Plano Nacional de Emprego 2005

Carta Social – Equipamentos Sociais no Âmbito do MTS (disquete)

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2000 (CD-Rom)

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2001

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2002

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2003

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2004

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2005

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2006



Resumo

A actualização da informação relativa à Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (Continente), revela-se de extrema importância para o processo de planeamento e tomada de decisão em matéria de política de acção social e permite ao mesmo tempo, na óptica da informação ao cidadão, a identificação dos diferentes equipamentos e respostas sociais disseminados pelo Continente e desenvolvidas pelas instituições das redes solidária, pública e lucrativa.

O Relatório 2006, à semelhança das publicações anteriores, pretende dar uma visão geral da evolução da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, tendo por base a análise das principais variáveis, por referência a Dezembro de 2006, com base nos elementos actualizados pelos Centros Distritais do ISS, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Casa Pia de Lisboa na medida das suas competências.

Este Relatório não se constitui como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa.

Abstract

The updating of data on the Social Services and Facilities Network (Portuguese Mainland) seems to be most important for the process of planning and decision-making in the social policies field, while, simultaneously, from the viewpoint of the information to the citizens it allows the identification of the different social facilities and responses, provided by institutions of the solidarity, public and profitable networks, all over the Mainland.

The Report 2006 appears in the following of the preceding publications and aims to provide an overview of the developments of the Social Services and Facilities Network. It is based on the analysis of the main variables referring to December 2006. The collected data were obtained through the following departments Centros Distritais do ISS, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Casa Pia de Lisboa.

This Report is not intended to be an instrument of statistical information or qualitative analysis.



Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)



Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), 2007

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2006

Coordenação do GEP/MTSS

E-mail: cartasocial@gep.mtss.gov.pt

Página: www.cartasocial.gep.mtss.gov.pt

Primeira edição: Dezembro 2007

Tiragem: **500 exemplares**

ISBN: 978-972-704-294-4

Depósito legal: 212 014/04

Coordenação Editorial e de Distribuição:

Centro de Informação e Documentação (GEP-CID)

Praça de Londres, 2, 2.º

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 218 441 100

Fax: (+351) 218 406 171

E-mail: gep.cid@gep.mtss.gov.pt

Página: www.gep.mtss.gov.pt

Impressão e acabamento: Editorial do Ministério da Educação

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,

de acordo com a legislação em vigor, por GEP/MTSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Rua Castilho, 24, 2.º, 1250-069 Lisboa

Tel.: (+351) 213 114 900

Fax: (+351) 213 114 949

Página. www.gep.mtss.gov.pt

Coordenador do Trabalho: João Gonçalves

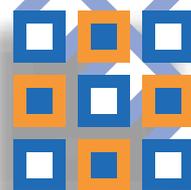
Equipa Técnica: Irene Miralto

Apoio Informático: Ana Gil, Paula Espadinha

Colaboração: ISS – Instituto de Segurança Social (MTSS)

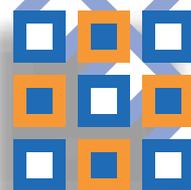
SCML – Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (MTSS)

CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSS)



ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. Nota introdutória | 7 |
| 2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos ... | 9 |
| 2.1 – Entidades Proprietárias | 9 |
| 2.2 – Equipamentos Sociais | 10 |
| 2.3 – Respostas Sociais | 13 |
| 3. Respostas sociais por áreas de intervenção | 15 |
| 3.1 – Infância e Juventude | 15 |
| 3.2 – Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência | 21 |
| 3.3 – População Idosa | 23 |
| 3.4 – Família e Comunidade | 27 |
| 3.5 – Toxicodependência | 29 |
| 3.6 – Pessoas infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias | 31 |
| 3.7 – Outras áreas de intervenção | 33 |
| 4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público | 37 |
| 4.1 – Investimentos | 37 |
| 4.2 – Despesas de funcionamento | 39 |
| 4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da rede de Serviços e Equipamentos | 41 |
| Anexos | 43 |
| Nomenclaturas e Conceitos | 44 |



1. Nota introdutória¹

A Carta Social ao longo dos anos, em boa verdade, tem-se constituído como instrumento privilegiado de apoio ao planeamento e de preparação da tomada de decisão e, ao mesmo tempo, de informação ao cidadão, relativamente à Rede de Serviços e Equipamentos Sociais tutelada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

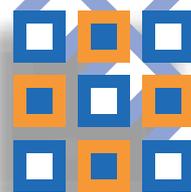
A consciencialização e participação activa e responsável dos diferentes intervenientes no processo de actualização da Carta Social na medida das suas competências e da sua área de intervenção territorial tem permitido que a informação apurada contribua para uma maior eficácia da sua utilização e que se revele cada vez mais como um instrumento fundamental para a concepção, acompanhamento e avaliação das iniciativas públicas em matéria de alargamento da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, de que são exemplo o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) dirigido às instituições particulares de solidariedade social e o Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES) no âmbito da rede privada lucrativa.

Numa linha de informação ao cidadão e com o intuito de propiciar mais e melhor informação e de forma mais amigável, foi objecto de reformulação recente o portal da Carta Social disponível na Internet com acesso nas páginas do Gabinete de Estratégia e Planeamento, da Segurança Social e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Ainda assim, no âmbito do processo de desenvolvimento da Carta Social, estão a ser desencadeados trabalhos no sentido de aumentar os conteúdos da informação relativa a cada equipamento na óptica do interesse do utilizador directo.

O relatório que se apresenta, assente na actualização da informação por recolha administrativa com referência a 31 de Dezembro de 2006, em parte na linha de continuidade das publicações anteriores, tem por objectivo fundamental dar a conhecer o comportamento evolutivo das principais variáveis que espelham a dinâmica recente da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, não se constituindo como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, foram utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.



2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

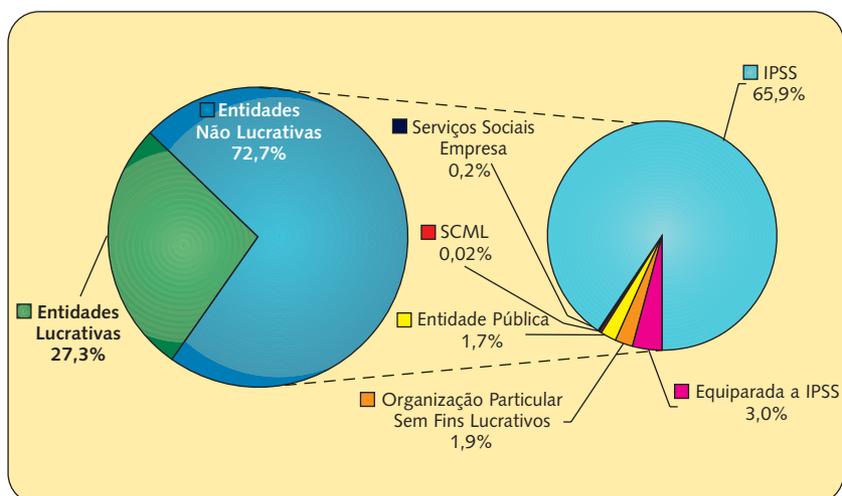
2.1 – Entidades Proprietárias

No contexto deste relatório considera-se entidade proprietária, qualquer entidade, individual ou colectiva, detentora ou gestora de equipamentos onde se desenvolvem respostas sociais.

Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2006

De acordo com a natureza jurídica as entidades proprietárias ou gestoras estão classificadas no âmbito deste relatório em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. Estas últimas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social, usualmente designadas por IPSS, outras entidades sem fins lucrativos, as Entidades Públicas, que prosseguem fins de acção social, e os Serviços Sociais das Empresas.

Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica
Continente – 2006



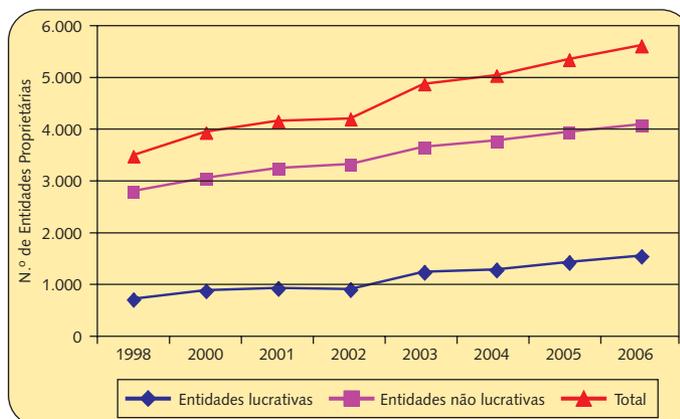
Em Portugal Continental, por referência a 31 de Dezembro de 2006, foram identificadas 5.596 entidades proprietárias de equipamentos sociais, tendo-se registado um crescimento de 5,1% em relação ao ano anterior, representando o sector não lucrativo, em 2006, cerca de 73% do universo, dos quais 65,9% é constituído por IPSS.

Entidades lucrativas e não lucrativas, evolução 1998-2006

O número de entidades proprietárias de equipamentos sociais tem vindo a aumentar de uma forma contínua e significativa ao longo do período de referência.

De 1998 a 2006 o número de entidades proprietárias cresceu 60,9%, tendo sido o ano de 2003 o que apresentou maior expansão, em relação ao ano anterior.

Evolução do número de entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica
Continente – 1998-2006

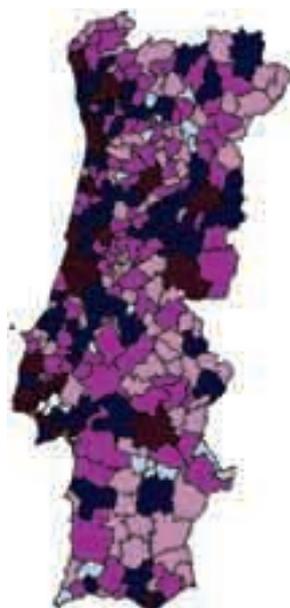


2.2 – Equipamentos Sociais

No contexto da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) foi considerado equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes.

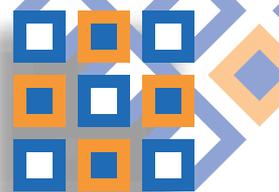
Da análise do mapa da distribuição espacial infere-se que todos os concelhos estão cobertos por equipamentos sociais. A maioria dos concelhos (179) detêm um número superior a 10 equipamentos enquanto que apenas 6,5% dos municípios têm até 5 equipamentos.

Distribuição espacial dos equipamentos sociais por concelho
Ano de 2006



LEGENDA
N.º DE EQUIPAMENTOS

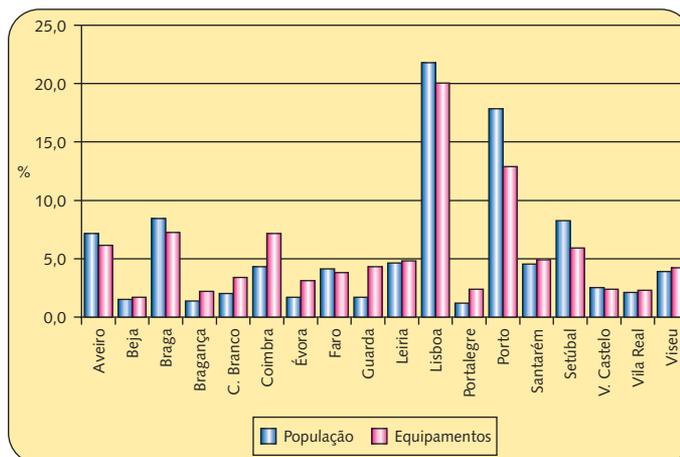
| | | |
|---|----------------------|------|
| ■ | > 50 Equipamentos | (31) |
| ■ | 20 a 49 Equipamentos | (59) |
| ■ | 10 a 19 Equipamentos | (89) |
| ■ | 5 a 9 Equipamentos | (80) |
| ■ | 1 a 4 Equipamentos | (18) |



De um modo geral a construção dos equipamentos sociais no território tem seguido o modelo de ordenamento populacional, com maior incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como em toda a faixa litoral a norte da península de Setúbal e nos concelhos sede de distrito.

No entanto este padrão de distribuição apresenta-se diferente em alguns distritos, especialmente em Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Guarda, Portalegre e Viseu, constituindo uma exceção ao cenário verificado nos restantes distritos.

Distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente, por distrito
Continente – 2006

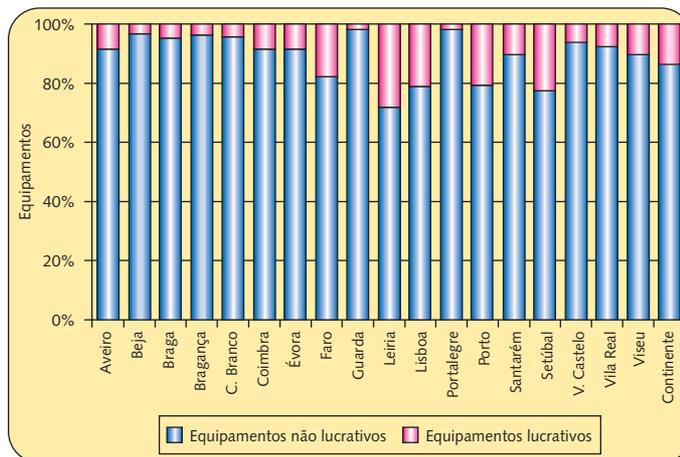


Equipamentos lucrativos e não lucrativos – situação em 2006

A nível do Continente a percentagem de equipamentos não lucrativos é de 86,2% por contraponto com 13,8% de equipamentos lucrativos. Contudo, numa análise por distrito, verifica-se que esta dicotomia não é uniforme.

Em relação ao número de equipamentos instalados por distrito, Leiria continua a apresentar a maior percentagem de equipamentos lucrativos em funcionamento (28,1%). Setúbal (22,4%), Lisboa (20,9%), Porto (20,8%) e Faro (18,0%) registam também valores significativos. No entanto, os distritos de Beja, Bragança, Guarda e Portalegre revelam fraca implantação de equipamentos com fins lucrativos.

Equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito
Continente – 2006



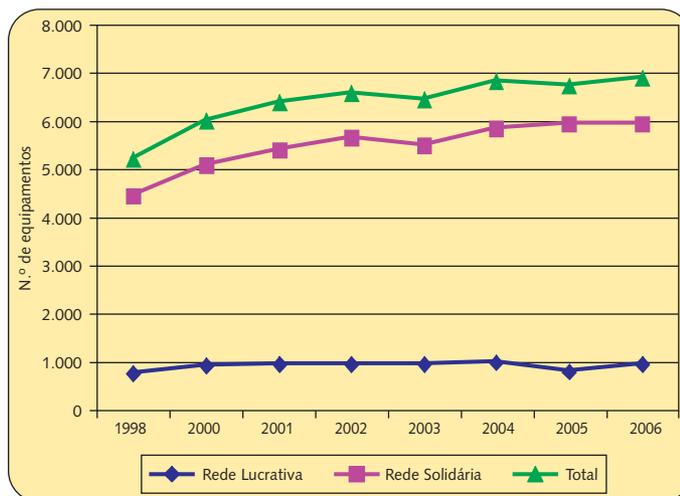
Equipamentos lucrativos e não lucrativos, evolução 1998-2006

O número de equipamentos sociais em funcionamento no Continente cresceu 32,5% de 1998 para 2006, correspondendo a mais de 1.600 equipamentos sociais, dos quais cerca de 88% pertencem à rede solidária.

Por consequência, a rede solidária continua a ser a grande dinamizadora do crescimento do número de equipamentos.

Em média, por cada seis equipamentos da rede solidária corresponde um da rede lucrativa, proporção que se tem mantido constante no período em análise, com exceção do ano de 2005 que apresentou um valor ligeiramente superior.

**Evolução do número de equipamentos instalados, segundo a natureza jurídica
Continente – 1998-2006**

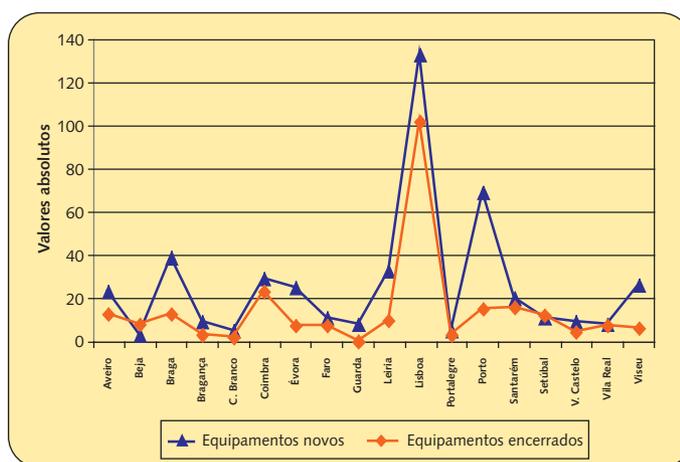


Equipamentos criados e encerrados em 2006

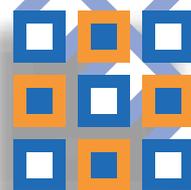
No ano de 2006, a diferença entre equipamentos novos e encerrados apresenta um saldo positivo, conforme se pode verificar pelo gráfico, à excepção dos distritos de Beja e Setúbal, em que o número de encerramentos é superior ao número de equipamentos criados.

De referir que os distritos de Braga, Évora, Leiria, Lisboa, Viseu, mas principalmente o distrito do Porto, apresentam uma maior dinâmica na criação de novos equipamentos sociais em relação aos demais distritos.

**Equipamentos criados e encerrados por distrito
Continente – 2006**



O distrito de Lisboa, embora com saldo positivo nesta relação, destaca-se deste conjunto pelo facto de apresentar o maior número de equipamentos encerrados e ao mesmo tempo o maior número de equipamentos novos.



2.3 – Respostas Sociais

Distribuição espacial das respostas sociais, segundo as áreas de intervenção – situação em 2006

A implantação das respostas sociais não se apresenta ordenada de um modo regular no território continental, mas acompanha, de uma maneira geral, a densidade demográfica.

As valências, devido ao seu nível de correlação com os equipamentos sociais, acompanham o mesmo padrão de implantação destes, ocorrendo uma maior concentração nas zonas litoral norte e centro, estendendo-se até à península de Setúbal.

As respostas para as áreas da Infância e Juventude apresentam uma concentração na área circundante dos grandes núcleos urbanos, enquanto que as dirigidas à População Idosa, encontram-se dispersas pelo território.

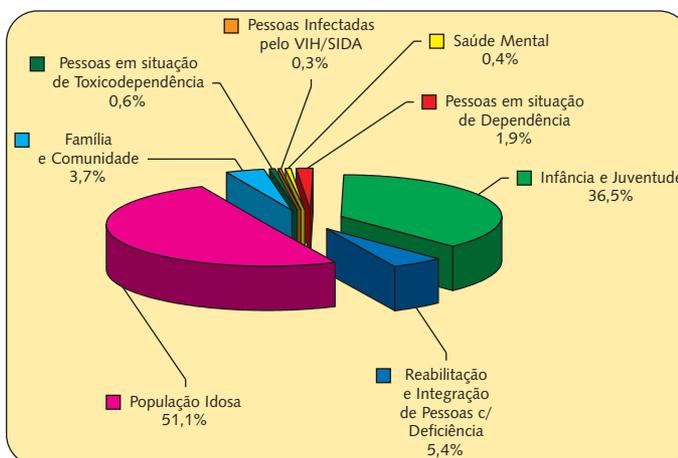
Distribuição espacial das respostas sociais segundo as áreas de intervenção
Ano de 2006



Respostas sociais por áreas de intervenção – situação em 2006

Também em 2006 se observa a mesma tendência dos anos anteriores, em que o maior peso das respostas sociais se distribuem entre a População Idosa (51,1%) e a Infância e Juventude (36,5%), o que demonstra, por um lado a preocupação com estas áreas em termos de política social e por outro reflecte o peso na despesa com o investimento e o funcionamento destas áreas de intervenção.

Distribuição das respostas sociais segundo as áreas de intervenção
Continente – 2006

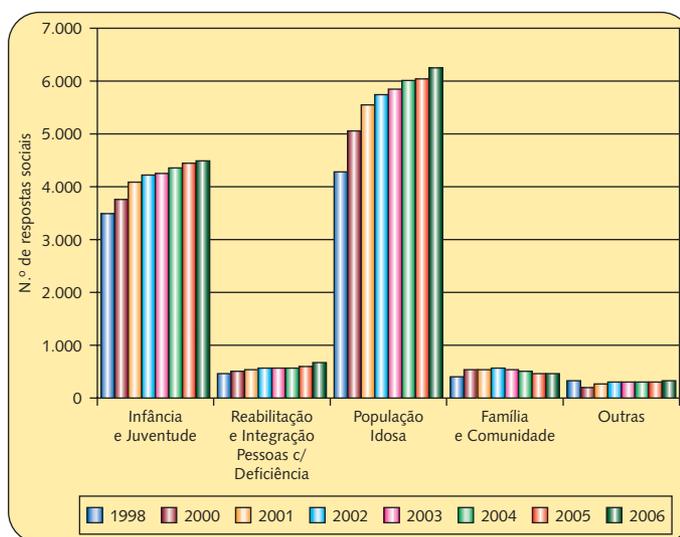


Respostas sociais por áreas de intervenção – evolução 1998-2006

Em parte, como consequência do aparecimento de novos equipamentos, as respostas sociais, têm vindo a aumentar progressivamente ao longo do período de análise. Em 2006, por referência a 1998, o crescimento global traduziu-se em 35,8%, correspondendo a 3.200 novas respostas sociais.

Ao longo deste período (1998-2006), as respostas sociais com maior ritmo de crescimento foram as destinadas às áreas da População Idosa (46,4%), Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência (43,4%) e Infância e Juventude (28,3%).

Evolução das respostas sociais por áreas de intervenção Continente – 1998-2006

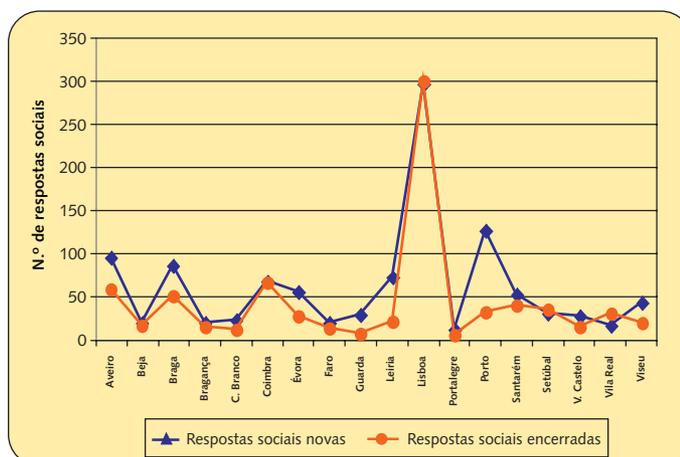


Respostas sociais criadas e encerradas em 2006

Em 2006, por referência a 2005, surgem cerca de 1.100 novas valências por contraponto ao encerramento de 750, sendo o saldo final positivo em termos do Continente.

De igual modo ao verificado a respeito dos equipamentos sociais no distrito de Lisboa, também o número de respostas sociais criadas e encerradas é idêntico. No entanto é de referir ainda que este comportamento, registou-se também em outros distritos, como Beja e Setúbal, enquanto que Vila Real apresenta um resultado negativo.

Respostas sociais criadas e encerradas, por distrito Continente – 2006



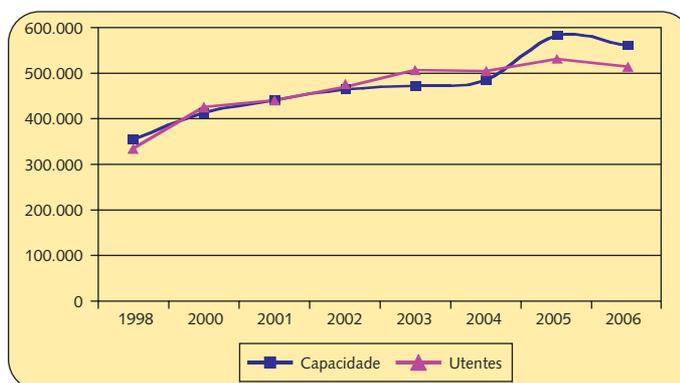
Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes, evolução 1998-2006

O esforço do investimento na RSES tem-se reflectido no aumento do número de respostas sociais, no alargamento da capacidade instalada, mas também no reforço da qualidade e segurança das mesmas.

Em 2006, por referência ao ano de 1998, os dados obtidos indicam que a capacidade aumentou cerca de 58% e os utentes 53%, o que retrata a preocupação do Estado no reforço nos níveis de protecção social. Contudo, os valores da capacidade e dos utentes diminuíram ligeiramente em relação ao ano de 2005, devido aos dados apurados nas respostas ditas abertas em 2006, cujos valores normalmente sofrem oscilações em função dos fluxos de procura por parte dos potenciais utilizadores.

Por outro lado, verifica-se actualmente que a capacidade global da Rede supera o número de utentes, contrariando a tendência de sobrelotação verificada até 2004.

Evolução da capacidade e dos utentes
Continente – 1998-2006



3. Respostas sociais por áreas de intervenção

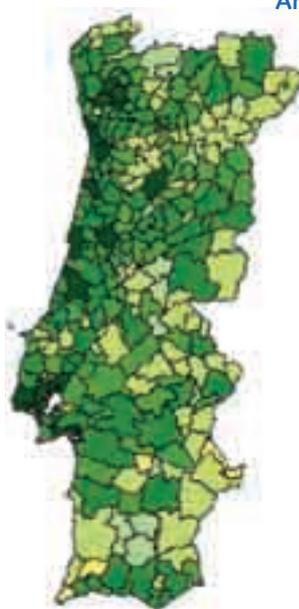
3.1 – Infância e Juventude

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2006

O mapa apresenta a distribuição geográfica das respostas sociais para a área da Infância e Juventude, à excepção da valência Ama que, devido à sua especificidade, será tratada autonomamente.

Conforme o observado para o conjunto das respostas sociais, também se verifica, nesta área de intervenção um equilíbrio entre a densidade populacional e a distribuição geográfica das respostas.

Distribuição espacial das respostas sociais
para a área da Infância e Juventude
Ano de 2006



LEGENDA

N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

| | |
|------------------|------|
| > 50 Respostas | (21) |
| 10 a 9 Respostas | (92) |
| 5 a 9 Respostas | (68) |
| 2 a 4 Respostas | (76) |
| 1 Resposta | (16) |
| Sem Respostas | (5) |

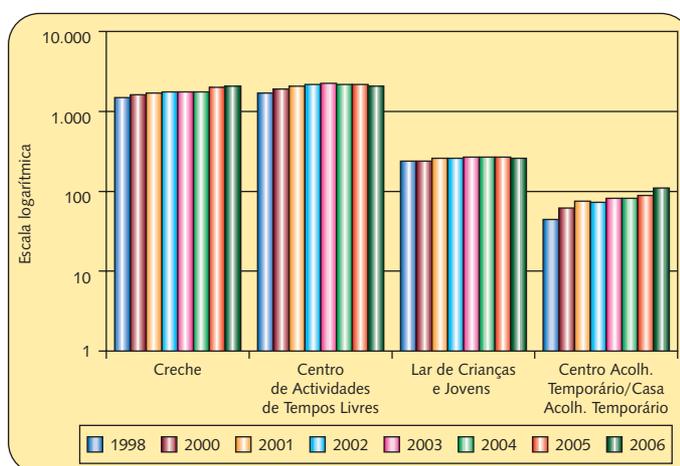
As valências para esta população-alvo tendem a concentrar-se nas áreas urbanas, quer em locais próximos da residência, quer do local de trabalho dos pais.

Verifica-se ainda que existem cinco concelhos sem qualquer resposta social para a área das crianças e jovens (Alvito, Barrancos, Mourão, Monchique e Vila do Bispo).

Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2006

Desde 1998 que as respostas sociais para a área da Infância e Juventude têm apresentado, em termos globais, um crescimento que em 2006 se situa em 30,2%. No entanto, no período de 2005-2006 nota-se uma súbita mais ligeira (0,9%) devido ao encerramento de algumas valências, nomeadamente Centros de Actividades de Tempos Livres e Lares para crianças e jovens. Por outro lado, em virtude da adaptação das respostas sociais às necessidades da própria sociedade, surgem novas valências para esta área de intervenção, como sejam os Apartamentos de Autonomização e os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental.

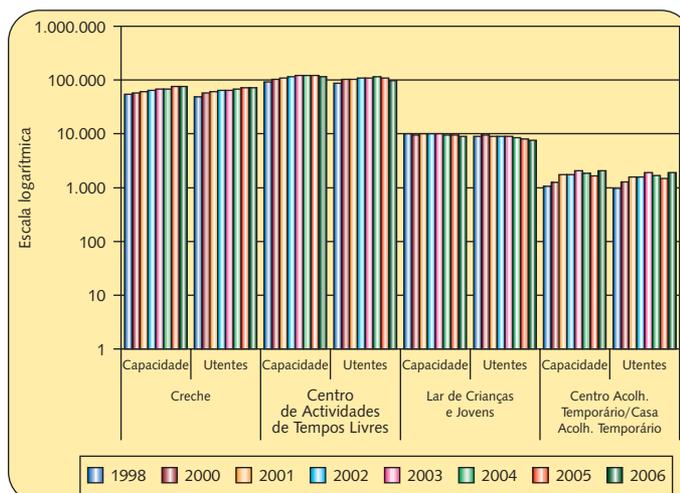
Evolução das respostas sociais para a Infância e Juventude Continente – 1998-2006

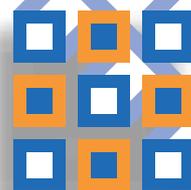


Focalizando a análise por valência verifica-se que, comparando com o ano de 1998, o número de Creches subiu 35,4%, mas é o Centro de Acolhimento Temporário/Casa de Acolhimento que apresenta o maior aumento (144%) sendo, actualmente, o seu número superior a 100 respostas sociais.

Em relação a 1998 a capacidade instalada na área da Infância e Juventude foi reforçada em cerca de 48.500 lugares, tendo abrangido mais 33.500 utentes. Por comparação com o ano de 2005,

Evolução da capacidade e número de utentes das respostas sociais para a Infância e Juventude Continente – 1998-2006





na globalidade estes valores são inferiores devido ao encerramento de algumas valências, como referido anteriormente.

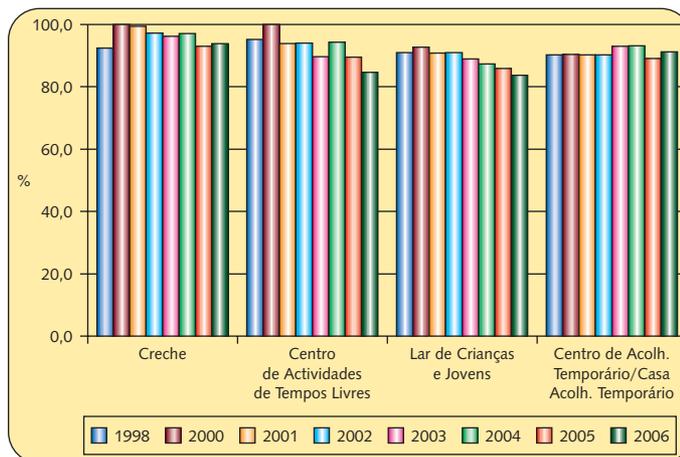
Contudo, tanto a oferta como o número de utilizadores em Creche aumentou neste último ano respectivamente, 3,6% e 4,5%, prosseguindo assim, uma das principais prioridades deste Governo para a primeira infância.

Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2006

A taxa de utilização das respostas sociais em qualquer uma das respostas para as crianças e jovens tem sido sempre superior a 80%.

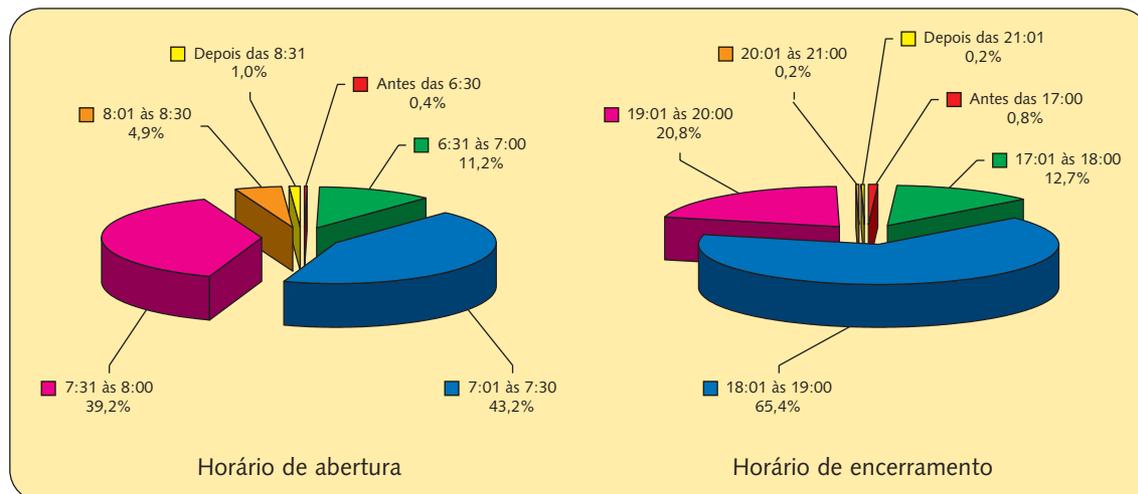
Analisando as quatro valências, verifica-se que a Creche e o Centro de Acolhimento Temporário são as respostas com maior nível de utilização, respectivamente 93,8% e 91,3% de ocupação, enquanto as restantes têm vindo a apresentar um decréscimo na sua utilização ao longo do período, atingindo em 2006, apenas 84,5% e 83,6%.

Taxa de utilização das respostas sociais para a Infância e Juventude Continente – 1998-2006



Horário de funcionamento das Creches – situação em 2006

Creche – Horário de funcionamento – situação em 2006



O horário de funcionamento das Creches tem permanecido com poucas alterações nos últimos anos. Assim, continua a verificar-se que 82,4% das Creches abre entre as 07.00 h e as 08.00 h, enquanto que 65,4% encerra entre as 18.00 h e as 19.00 h.

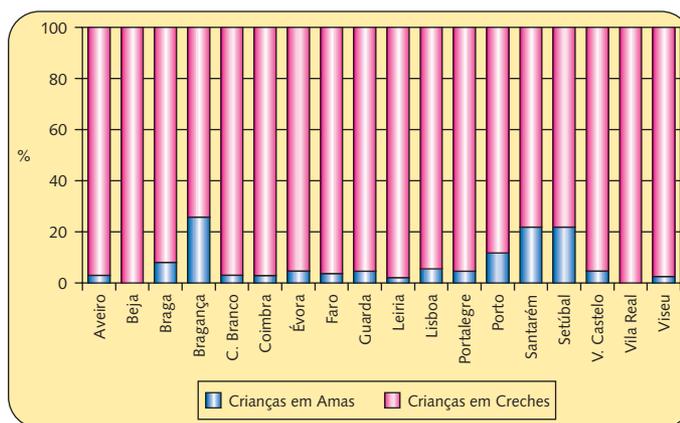
Por outro lado 11,6% destas respostas abrem as suas portas antes das 07.00 h da manhã e 21,2% encerram depois das 19.00 h, o que facilitará a conciliação da vida familiar e da actividade profissional dos pais.

A resposta social Ama

Resposta social dependente, geralmente, dos Centros Distritais de Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou de Instituições Particulares de Solidariedade Social, desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que pretende apoiar as famílias através do acolhimento das suas crianças.

Em determinadas zonas geográficas, esta resposta tem desempenhado um papel complementar ou substitutivo da Creche, fundamental para o reforço do apoio à 1.ª infância.

Peso relativo das respostas sociais para a primeira infância (creches e amas), segundo o número de crianças acolhidas, por distrito – Situação em 2006



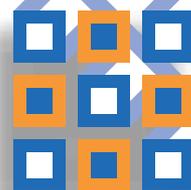
Devido às características e modo de funcionamento das amas, a análise é feita autonomamente.

Como se vem observando nos anos anteriores, os distritos de Bragança (25,8%), de Santarém e de Setúbal (ambos com 21,8%) e do Porto (12%), continuam a apresentar a maior percentagem de crianças acolhidas em Ama. Os distritos de Beja e Vila Real não têm ainda esta resposta a funcionar.

Número de amas e crianças acolhidas, evolução 1998-2006

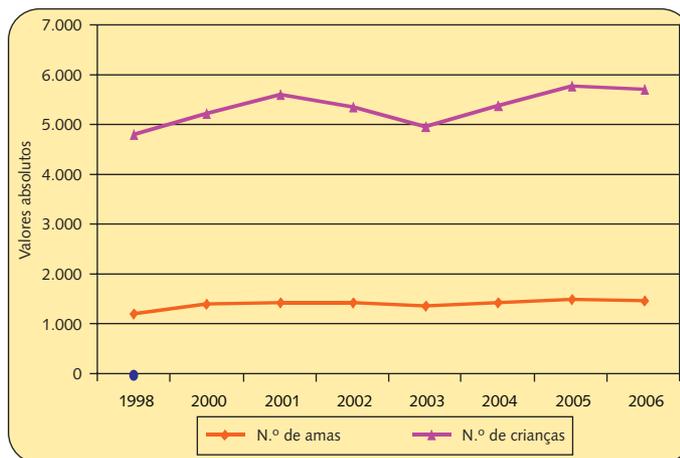
O número de Amas e o número de crianças acolhidas tem vindo a subir no período de referência, com uma ligeira inflexão no último ano.

Em 2006, e em valores médios, cada Ama acolheu 3,8 crianças, valor que tem mantido uma certa constância ao longo dos anos.



Das cerca de 5.700 crianças acolhidas em Ama, apenas 34 foram registadas como tendo alguma deficiência, o que representa 0,6% do universo, sendo os valores mais elevados nos distritos de Setúbal e do Porto.

**Evolução do número de amas e de crianças acolhidas
Continente – 1998-2006**



Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a Primeira Infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos (inclusive)

Este mapa retrata o peso da população dos zero aos três anos em relação à população total do distrito.

Da sua análise constata-se a dicotomia que existe ao nível dos distritos do litoral e do interior. Os distritos com menor percentagem de crianças até aos 3 anos localizam-se todos no interior do país por oposição com os distritos de Lisboa, Setúbal e Faro.

**Relação entre a população dos 0 aos 3 anos
e a população total, por distrito
Ano de 2006**



LEGENDA
% POPULAÇÃO 0 aos 3 anos

| | |
|--------------|-----|
| 3,37 a 3,65% | (3) |
| 3,13 a 3,36% | (2) |
| 2,74 a 3,12% | (3) |
| 2,54 a 2,73% | (5) |
| 2,05 a 2,53% | (5) |

Dado que, no âmbito das respostas para a Primeira Infância (Creche e Amas) se conhece a oferta existente (capacidade instalada), bem como a população do mesmo grupo etário, construiu-se o segundo mapa, também ao nível distrital, visando ajudar a identificar esta relação.

Comparando a oferta e a população-alvo (com menos 3 anos), por distrito, verifica-se que, de uma maneira geral a relação é favorável à oferta, situação que poderá indicar uma razoável cobertura destas respostas sociais.

Contudo, nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal continua, tal como em anos anteriores, a observar-se um fenómeno inverso, existindo problemas de sobrelotação.

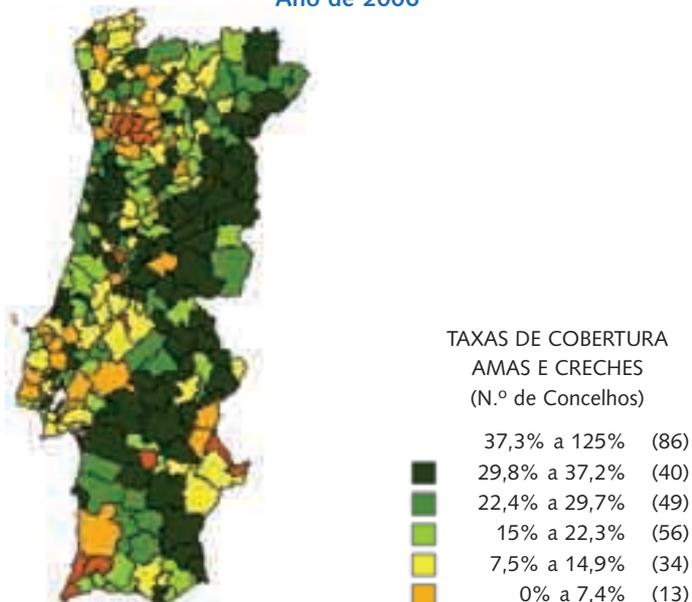
Distribuição percentual da oferta (Creches e Amas) e da população-alvo (≤ 3 anos), por distrito
Ano de 2006

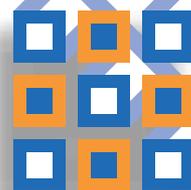


Taxa de cobertura – 2006

Relativamente às taxas de cobertura para esta área de intervenção, considerando apenas as Creches e Amas, verifica-se que 86 concelhos registam uma taxa superior a 37,2%, enquanto que 13 concelhos registam uma taxa de cobertura que não ultrapassa 1/3 da média nacional (22,3%).

Taxas de cobertura das respostas sociais
Creche e Ama, por concelho
Ano de 2006





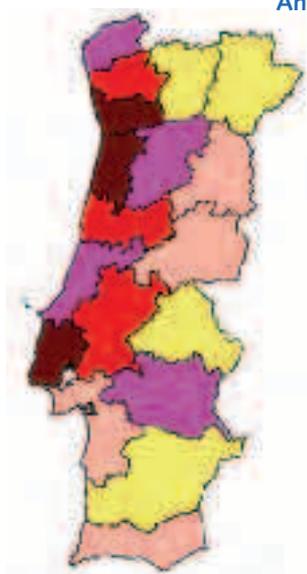
3.2 – Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2006

Da análise do mapa pode inferir-se que todos os distritos cartografados dispõem no mínimo de 11 respostas sociais para esta área de intervenção.

Os distritos de Porto, Aveiro e Lisboa são os que registam melhores resultados em termos de cobertura enquanto que os distritos de Vila Real, Bragança, Portalegre e Beja apresentam o menor número de respostas instaladas.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, por distrito
Ano de 2006



LEGENDA
N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

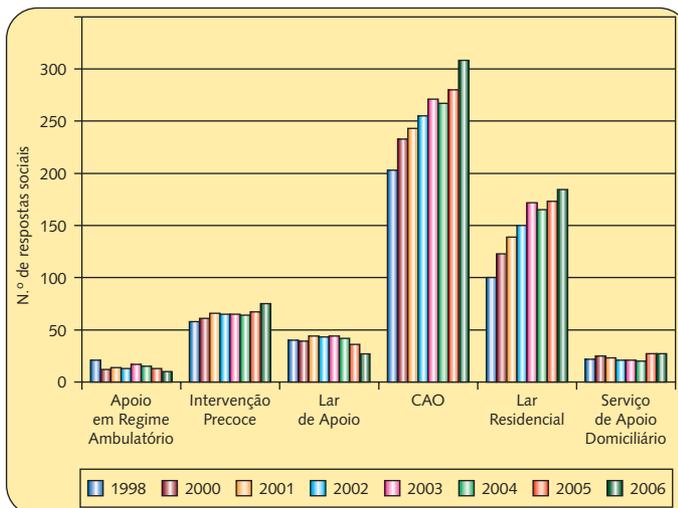
| | | |
|---|-------------------|-----|
| ■ | > 49 Respostas | (3) |
| ■ | 33 a 49 Respostas | (3) |
| ■ | 22 a 32 Respostas | (4) |
| ■ | 17 a 21 Respostas | (4) |
| ■ | 11 a 16 Respostas | (4) |

Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2006

Por comparação a 1998, foram instaladas mais 200 respostas o que equivale a uma taxa de crescimento de 44,6%.

As respostas sociais que apresentam uma maior evolução em 2006, por comparação a 1998, são o Lar Residencial com 87%, seguido pelo Centro de Actividades Ocupacionais e pela Intervenção Precoce, com respectivamente 51,7% e 29,3%.

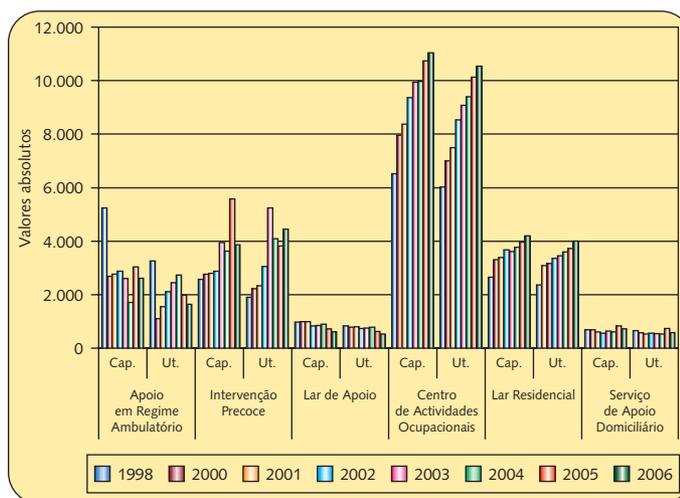
Evolução das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
Continente – 1998-2006



Concomitantemente, a capacidade instalada e o número de utentes, na sua globalidade têm vindo também a aumentar progressivamente nesta área de intervenção, observando-se no entanto algumas oscilações no período de referência em algumas respostas sociais.

Assim, a capacidade foi reforçada com mais de 4.400 lugares (23,2%) e o número de utilizadores subiu 45%, representando mais 6.700 utentes do que em 1998.

Evolução da capacidade e do número de utentes das respostas sociais para a área de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência Continente – 1998-2006

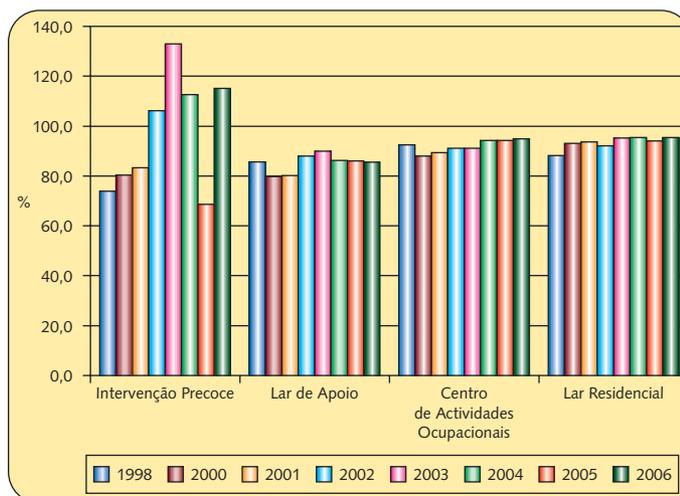


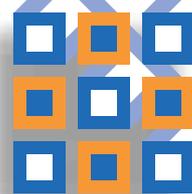
Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2006

Em 2006, a taxa média de utilização, calculada para o conjunto das 4 principais respostas sociais para pessoas com deficiência situa-se em 98,3%, cerca de 13 pontos percentuais superior ao ano anterior.

As respostas sociais com maior taxa de ocupação são o Centro de Actividades Ocupacionais e o Lar Residencial, ambos com 96%, valor ligeiramente superior ao apresentado nos últimos anos.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência Continente – 1998-2006

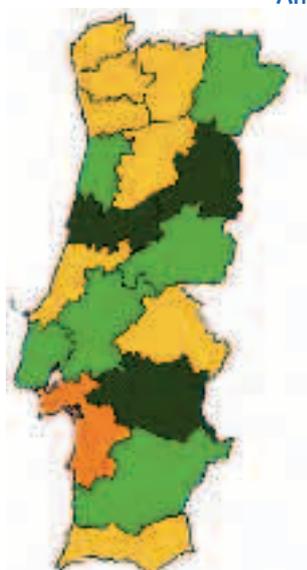




Taxa de cobertura – 2006

No que respeita às taxas de cobertura, considerando apenas o CAO, o Lar Residencial e o SAD, observa-se que 3 distritos apresentam uma taxa de cobertura entre 4,3% e 5,6% e apenas um distrito regista uma taxa de cobertura inferior a 50% da média nacional (2,8%).

Taxas de cobertura de algumas respostas sociais para a área das Pessoas com Deficiência, por distrito
Ano de 2006



TAXA DE COBERTURA
CAO, LAR, RESIDENCIAL E SAD
(N.º de distritos)

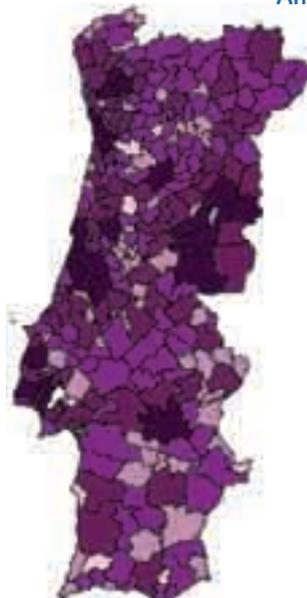
| | | |
|---|-------------|-----|
| ■ | 4,3% a 5,6% | (3) |
| ■ | 2,9% a 4,2% | (6) |
| ■ | 1,5% a 2,8% | (8) |
| ■ | 0% a 1,4% | (1) |

3.3 – População Idosa

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2006

Todos os concelhos do Continente apresentam respostas sociais para a População Idosa. No entanto, verifica-se que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e os concelhos com maior índice de envelhecimento, são os que apresentam maior número de valências.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da População Idosa, por concelho
Ano de 2006



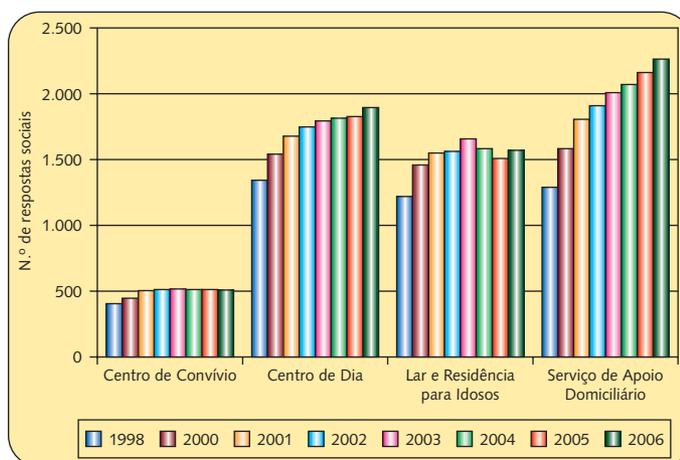
LEGENDA
N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

| | | |
|---|-------------------|-------|
| ■ | > 50 Respostas | (25) |
| ■ | 20 a 49 Respostas | (71) |
| ■ | 10 a 19 Respostas | (111) |
| ■ | 5 a 9 Respostas | (61) |
| ■ | 2 a 4 Respostas | (10) |

Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2006

Com as transformações verificadas na sociedade portuguesa, quer a nível demográfico quer a nível familiar, foi necessário conceber novas formas de intervenção e ajustar as respostas sociais já existentes à nova realidade, nomeadamente com uma maior dinamização no apoio social desenvolvido no domicílio, assim como em estruturas de convívio, de combate ao isolamento e à exclusão social, prevenindo ou retardando a institucionalização do idoso.

Evolução das respostas sociais para a População Idosa Continente – 1998-2006

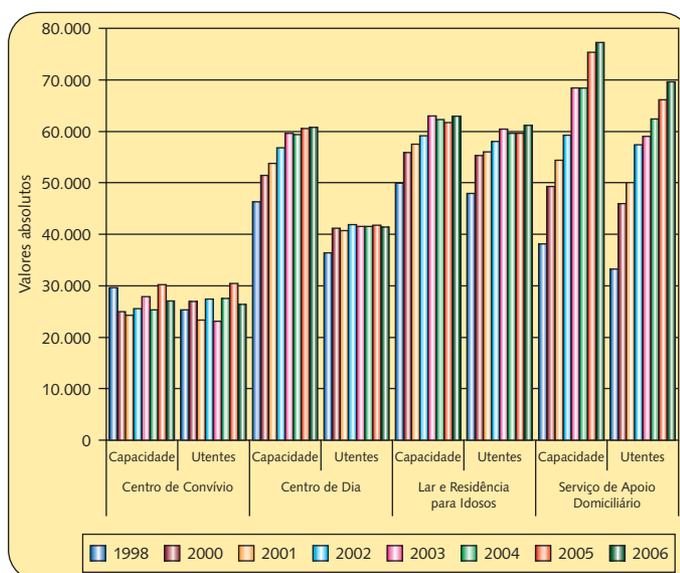


Desde 1998 entraram em funcionamento cerca de 2.000 respostas sociais para esta área de intervenção, o que representa um crescimento de 46,8%.

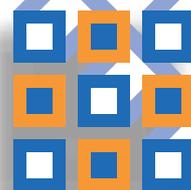
Ao longo do período de referência o Serviço de Apoio Domiciliário tem apresentado a maior taxa de crescimento (75,5%), seguido pelo Centro de Dia (40,6%) e o Lar e Residência para idosos (28,4%).

Como resultado da dinâmica aplicada na criação de novas respostas regista-se um crescimento da capacidade instalada e do número de utentes.

Evolução da capacidade e do número de utentes das respostas sociais para a População Idosa Continente – 1998-2006



Observando estas variáveis por resposta, verifica-se que o Serviço de Apoio Domiciliário apresenta a maior taxa de crescimento no período de análise, o que vem confirmar a nova forma de intervenção para esta população-alvo, como foi referido anteriormente. Assim, verifica-se que a capacidade instalada e o número de utentes duplicaram em valores absolutos em relação a 1998, apresentando taxas de crescimento de 104% e 109%, respectivamente. Mas também o



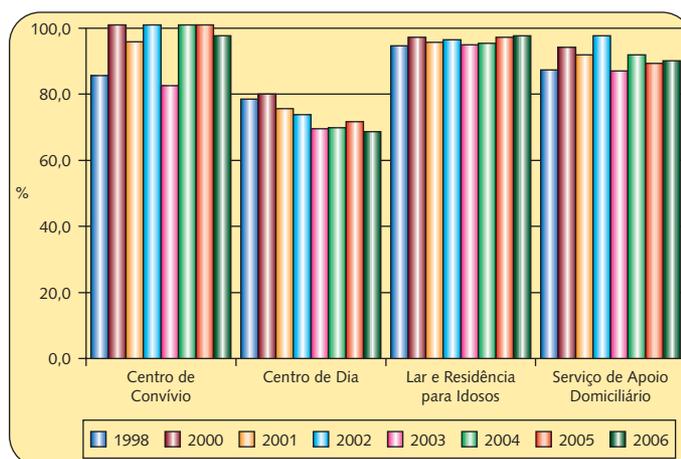
Lar e Residência para Idosos apresentam um aumento bastante considerável, situando-se os seus valores em 26% para a capacidade e 30% para os utentes.

Taxa de utilização das respostas sociais – situação em 2006

A taxa média de utilização (1998-2006) é de 88,2%, percentagem ligeiramente mais baixa do que no ano anterior, devido à ampliação da capacidade, nomeadamente no Serviço de Apoio Domiciliário e por outro à diminuição da procura nas valências Centro de Convívio e Centro de Dia.

Durante o período de análise a percentagem mais elevada de ocupação incidu sempre no Lar e Residência para Idosos, apresentando valores superiores a 95%. Em 2006 esta taxa de utilização situa-se em 97,2%.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais Continente – 1998-2006

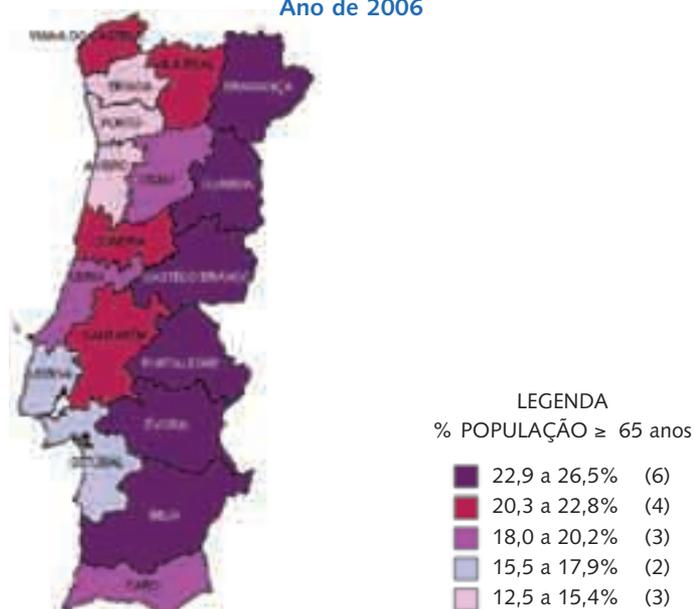


Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a População Idosa, relativamente à População Idosa residente (≥ 65 anos)

Este mapa mostra-nos a dicotomia existente no país e a localização dos distritos considerados mais envelhecidos no interior, enquanto que os mais jovens se situam no litoral, nomeadamente os que apresentam índices de envelhecimento inferior à média do Continente (17,3%), tais como Braga (12,6%), Porto (13,5%) e Aveiro (15,5%).

Os distritos de Portalegre (26%), Castelo Branco (25,5%) e Guarda (25,2%) são os que apresentam as percentagens mais elevadas de envelhecimento.

Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a população total, por distrito Ano de 2006

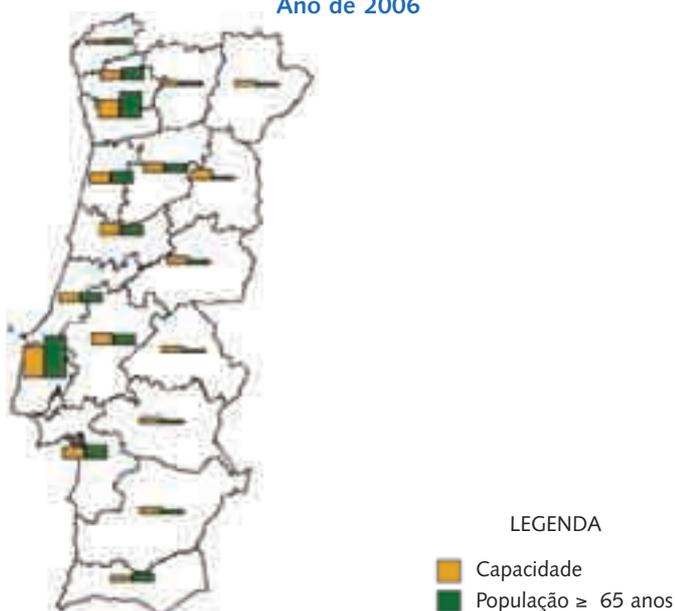


Fonte: INE, Censos 2001, projecção da população para 2005

Pela análise do segundo mapa verifica-se que existe uma relação directa entre a capacidade nas respostas sociais para a População Idosa e os distritos onde esta tem maior peso, inferindo-se que, na generalidade, existe uma adequação entre o envelhecimento da população e a oferta de respostas sociais para esta população-alvo.

Por outro lado, uma menor cobertura relativa encontra-se nos distritos de Braga, Porto, Lisboa, Setúbal ou Faro.

Distribuição percentual da oferta e da população-alvo (≥ 65 anos), por distrito Ano de 2006

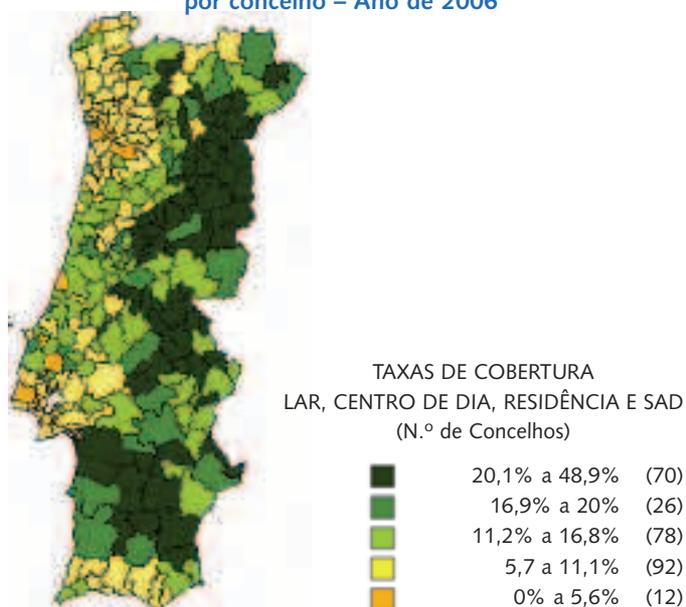


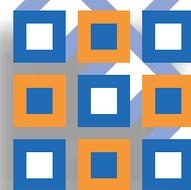
Fonte: INE, Censos 2001, projecção da população para 2005

Taxa de cobertura – 2006

No que concerne às taxas de cobertura para a área da População Idosa, tendo em conta as respostas sociais Lar e Residência para Idosos, Centro de Dia e SAD, constata-se que 70 concelhos registam uma taxa de cobertura entre 20,1% a 48,9%, ao passo que em 12 concelhos a taxa de cobertura máxima atinge apenas cerca de 50% da média nacional (11,1%).

Taxas de cobertura de algumas respostas sociais para a área da população idosa, por concelho – Ano de 2006





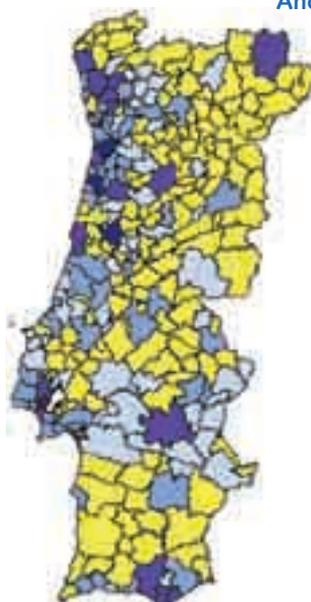
3.4 – Família e Comunidade

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2006

A representação das respostas sociais para esta área mantém-se idêntica aos anos anteriores. Cerca de 52% dos concelhos do Continente continuam a não apresentar qualquer resposta social dirigida à Família e Comunidade.

Dos restantes 134 concelhos onde funcionam respostas sociais para a Família e Comunidade, 43% apresentam apenas 1 valência em funcionamento e cerca de 41% de 2 a 4 valências, o que revela bem a sua fraca implantação.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Família e Comunidade, por concelho
Ano de 2006



LEGENDA
N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

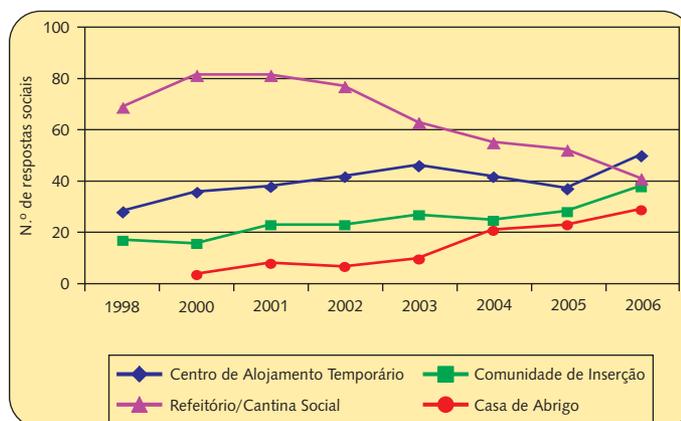
| | | |
|-----------------|-------------------|-------|
| Dark Purple | ≥ 20 Respostas | (2) |
| Dark Blue | 10 a 19 Respostas | (3) |
| Medium Blue | 5 a 9 Respostas | (17) |
| Light Blue | 2 a 4 Respostas | (55) |
| Very Light Blue | 1 Resposta | (57) |
| Yellow | Sem Respostas | (144) |

Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2006

O Centro de Alojamento Temporário, a Comunidade de Inserção, e em particular a Casa de Abrigo apresentam um crescimento bastante significativo ao longo dos anos de referência, contrariamente ao Refeitório/Cantina Social cuja tendência se consubstancia num decréscimo acentuado na ordem dos 40%.

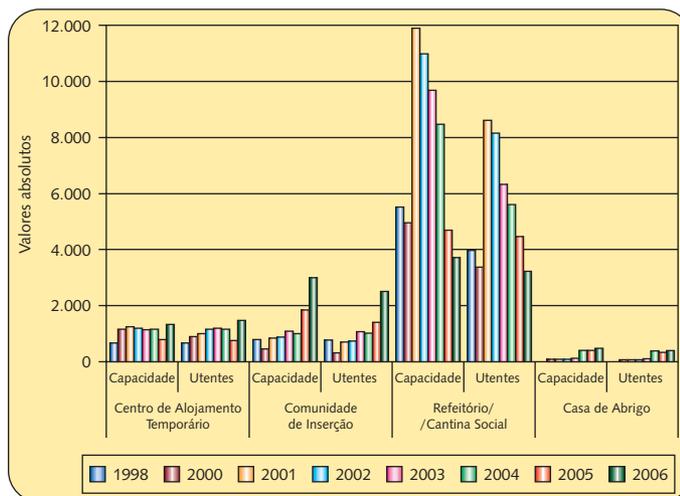
A dinâmica observada nas respostas sociais para a Família e Comunidade reflecte-se na evolução das respectivas capacidades e número de utilizadores.

Evolução das respostas sociais para a área da Família e Comunidade
Continente – 1998-2006



De uma maneira geral, nas respostas sociais para este público-alvo, a capacidade instalada e o número de utilizadores aumentou de 1998 a 2006, com excepção do Refeitório/Cantina Social. De notar que, os primeiros registos da valência Casa Abrigo aparecem apenas no ano de 2000, mas o seu crescimento tem sido muito rápido.

Evolução da capacidade e número de utentes nas respostas para a área da Família e Comunidade Continente – 1998-2006

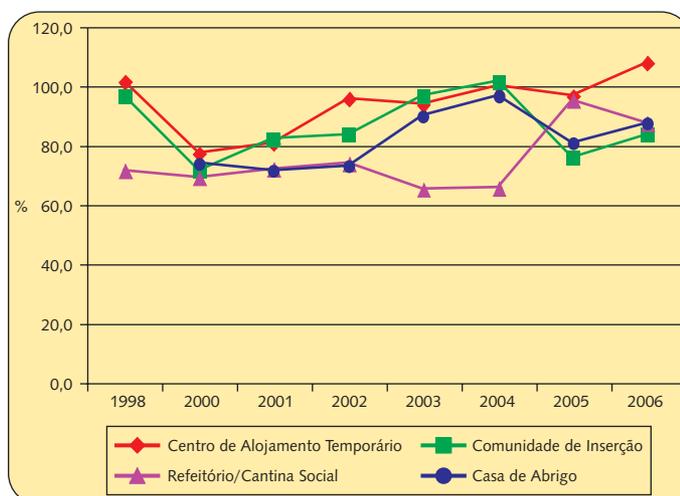


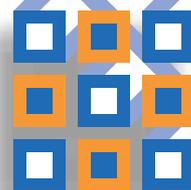
Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2006

A taxa média de utilização em 2006 para as valências em análise situa-se em 91,8%, o que significa um aumento de cerca de quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior, devido especialmente à elevada ocupação do Centro de Alojamento Temporário.

A Comunidade de Inserção e a Casa de Abrigo aumentaram os seus níveis de utilização em relação ao ano anterior apresentando taxas de 84% e 88% respectivamente.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a área da Família e Comunidade Continente – 1998-2006



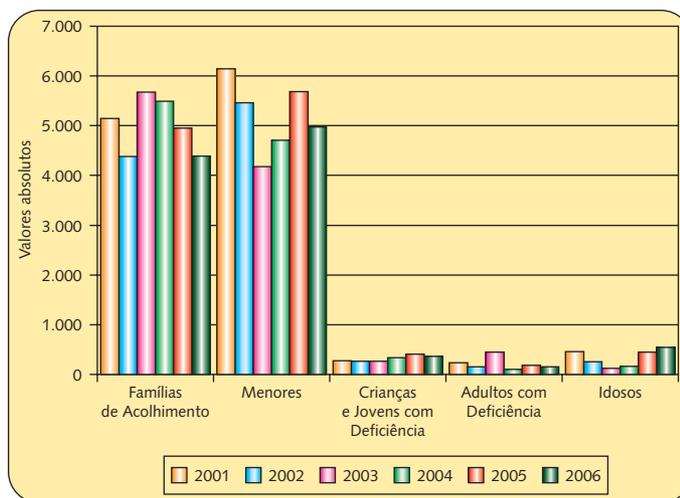


A resposta social Acolhimento Familiar

Em 2006, o número de Famílias de Acolhimento e o número global de pessoas acolhidas reflectem um decréscimo de cerca de 10%. Este abaixamento do número de pessoas acolhidas verificou-se principalmente no grupo dos menores, por contraponto ao grupo dos idosos que apresenta um acréscimo de 22% em relação aos dados do ano anterior.

Por outro lado, como se tem observado ao longo do período, os menores são os que apresentam a maior taxa de colocação nestas famílias, representando 82,1% do universo das pessoas acolhidas em 2006, enquanto que as crianças e jovens com deficiência representam apenas 6,2%.

Evolução das Famílias de Acolhimento por grupo-alvo Continente – 2001-2006

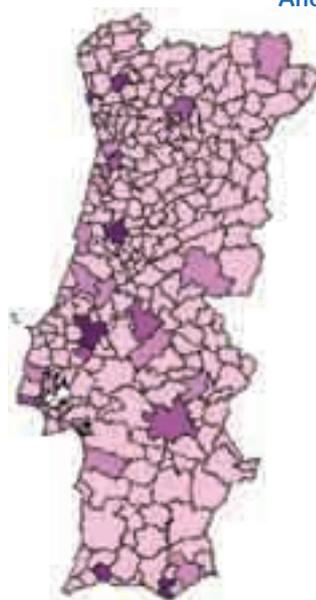


3.5 – Toxicodependência

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2006

As respostas sociais para esta área de intervenção são de âmbito nacional apresentando uma implantação dispersa, localizando-se apenas em 11% dos concelhos do Continente.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Toxicodependência, por concelho Ano de 2006



LEGENDA
N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

| | |
|-----------------|-------|
| 4 a 6 Respostas | (3) |
| 3 Respostas | (3) |
| 2 Respostas | (7) |
| 1 Resposta | (17) |
| Sem Respostas | (247) |

Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2006

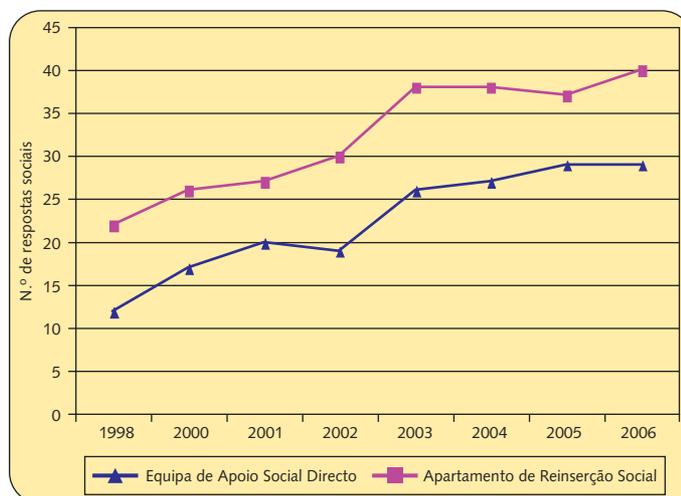
Apesar do número incipiente de respostas sociais dirigidas às pessoas toxicodependentes o seu ritmo de crescimento desde 1998 permitiu que esse valor tivesse duplicado.

As Equipas de Intervenção Directa são unidades de intervenção que desenvolvem a sua acção junto desta população, das suas famílias, assim como também das comunidades afectadas por este fenómeno, pelo que devido às características de funcionamento não é possível definir uma capacidade. O atendimento depende, essencialmente, da procura e da possibilidade de atendimento das próprias equipas ligadas a este tipo de intervenção.

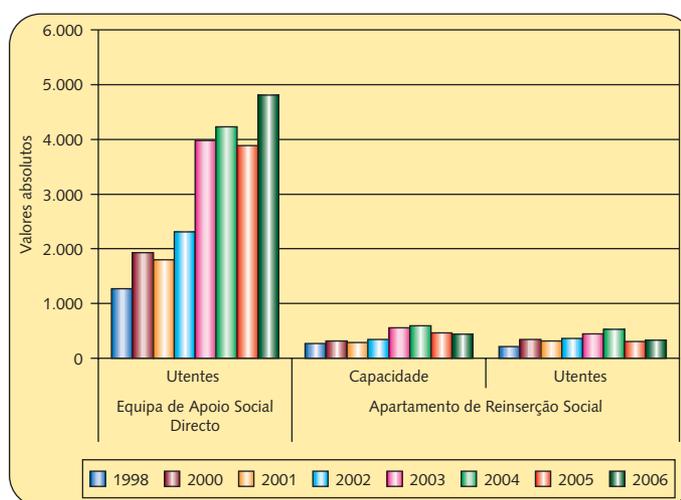
Em termos de análise evolutiva verifica-se que o número de utentes atendidos quadruplicou no período de referência (1998-2006), atingindo-se o valor mais elevado no ano de 2006.

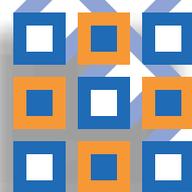
Apesar de em 2005 se ter verificado um ligeiro decréscimo dos valores da capacidade e do número de utentes no Apartamento de Reinserção Social, a procura desta resposta social voltou a aumentar em 13% neste último ano.

Evolução das respostas sociais para a área da Toxicodependência Continente – 1998-2006



Evolução da capacidade e número de utentes das respostas sociais na área da Toxicodependência Continente – 1998-2006



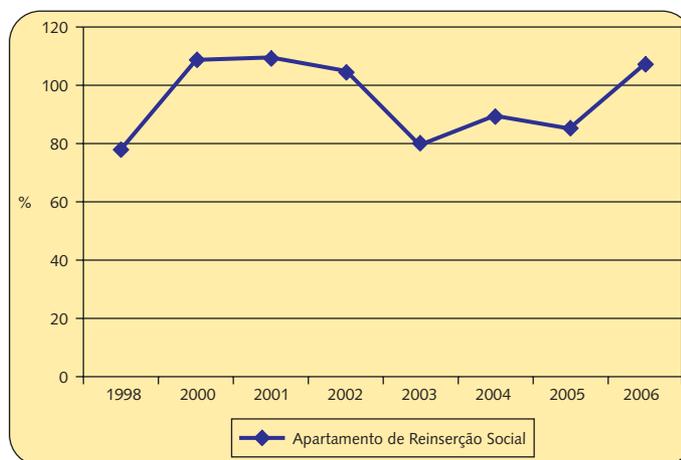


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2006

Da análise do presente gráfico, constata-se que em alguns anos a taxa de utilização foi superior a 100%, situação que se regista no último ano depois de um período com menor nível de utilização.

Em 2006 este rácio situa-se em 108 pontos percentuais.

Evolução da taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social Continente – 1998-2006



3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2006

Tal como o observado na área da toxicodependência o número de concelhos em que funcionam respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas famílias é manifestamente baixo (5%).

Distribuição espacial das respostas sociais para a área das Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, por concelho – Ano de 2006



LEGENDA

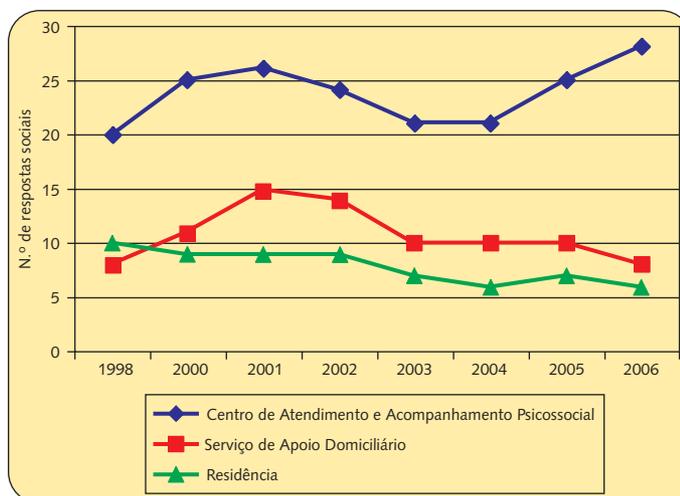
N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

| | |
|------------------|-------|
| 4 a 14 Respostas | (2) |
| 3 Respostas | (2) |
| 2 Respostas | (4) |
| 1 Resposta | (8) |
| Sem Respostas | (262) |

Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998-2006

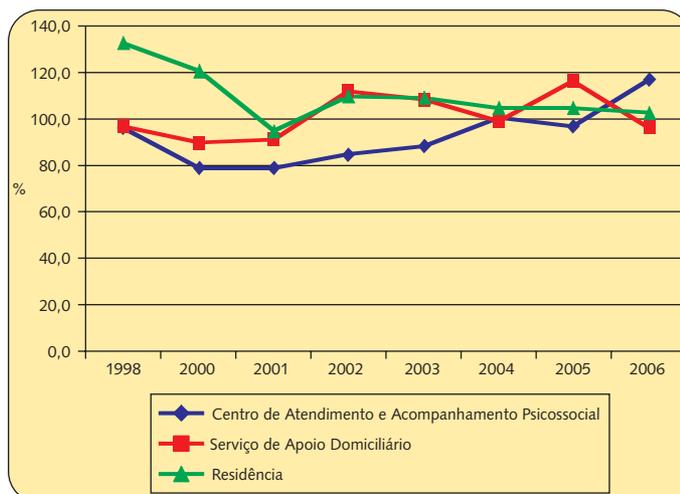
O gráfico revela um crescimento das valências Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial e Serviço de Apoio Domiciliário até ao ano de 2001. A partir desta data, presencia-se uma inflexão nesta evolução, com uma tendência de recuperação a partir de 2005 apenas no Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, representando ainda assim 19% de crescimento de 1998 para 2006.

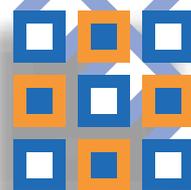
Evolução das respostas sociais na área das Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias Continente – 1998-2006



Também ao nível da capacidade e do número de utentes existe uma correlação com as respostas sociais. O Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial tem sido a valência onde o crescimento tem sido mais acentuado durante o período analisado, tanto ao nível da capacidade instalada, como ao nível do número de utentes, por contraste com os valores para a Residência que em 2006 representa apenas um terço dos valores registados em 1998.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias Continente – 1998-2006



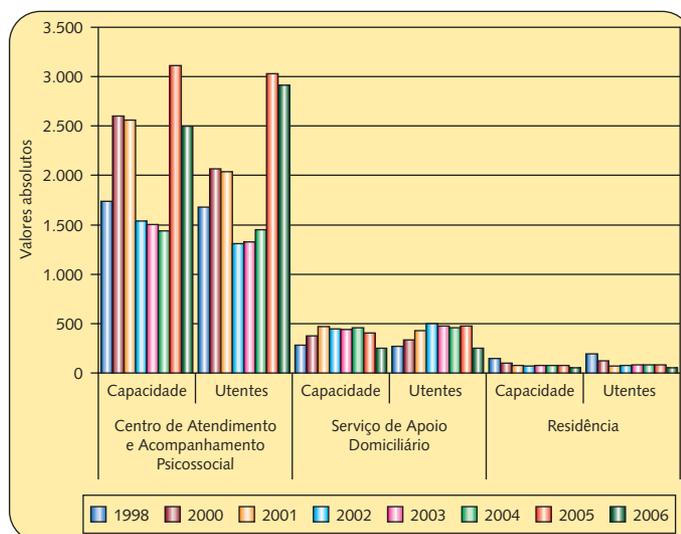


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2006

Em 2006, persistem os problemas de sobrelotação, principalmente com as valências Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial e a Residência.

Talvez o facto de existirem poucas respostas sociais possa explicar as elevadas taxas de utilização destas valências ao longo dos anos.

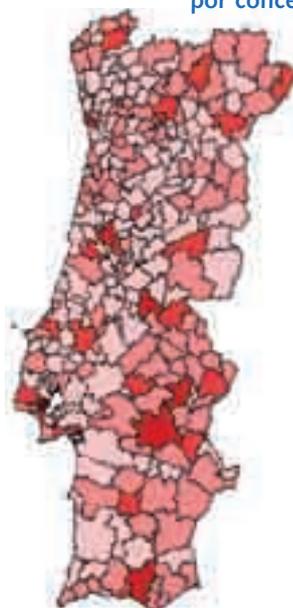
Evolução da capacidade e do número de utentes das respostas sociais na área das Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias Continente – 1998-2006



3.7 – Outras áreas de intervenção

Neste âmbito das outras áreas de intervenção enquadram-se as respostas sociais dirigidas às Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e a prestação de cuidados pluridisciplinares a Pessoas em Situação de Dependência.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Outras Áreas de Intervenção (Saúde Mental e Pessoas em Situação de Dependência), por concelho – Ano de 2006



LEGENDA
N.º DE RESPOSTAS SOCIAIS

| | | |
|-----------|-----------------|-------|
| Dark Red | ≥ 10 Respostas | (1) |
| Red | 5 a 9 Respostas | (6) |
| Light Red | 3 a 4 Respostas | (25) |
| Pink | 1 a 2 Respostas | (105) |
| White | Sem Respostas | (141) |

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2006

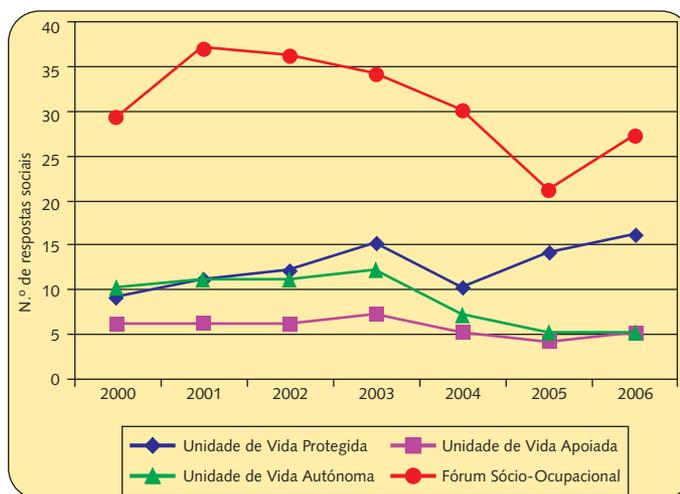
Cerca de metade dos concelhos de Portugal Continental continuam a não dispor de quaisquer respostas sociais para as áreas da Saúde Mental e das Pessoas em Situação de Dependência.

Contudo, tendo por comparação o ano anterior (2005), verifica-se que em 2006 mais dois concelhos passaram a ter respostas sociais para esta área.

Saúde Mental ou Psiquiátrica – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 2000-2006

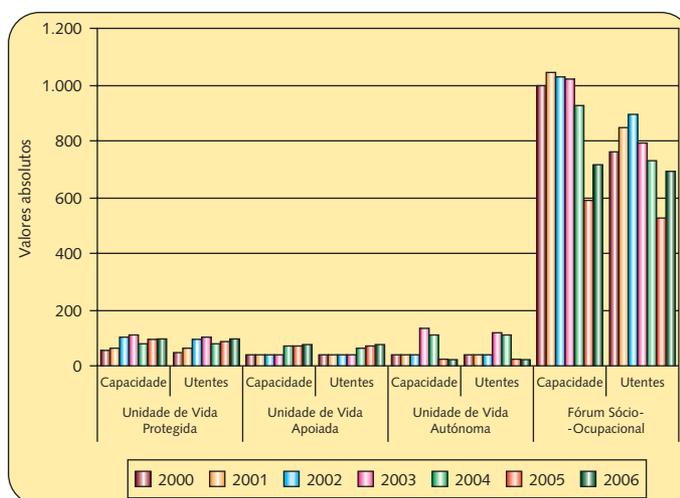
Do ano 2005 para 2006, assinala-se um crescimento nas valências Unidade de Vida Protegida e, principalmente, no Fórum Sócio-Ocupacional, que em termos globais se traduz em 10 novas respostas.

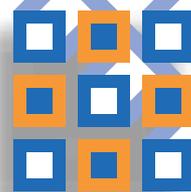
Evolução das respostas sociais para a área da Saúde Mental ou Psiquiátrica Continente – 2000-2006



Como consequência do alargamento da oferta, as mesmas respostas sociais apresentam valores mais elevados tanto na capacidade como no número de utilizadores.

Evolução da capacidade e do número de utentes nas respostas sociais para a área da Saúde Mental ou Psiquiátrica Continente – 2000-2006

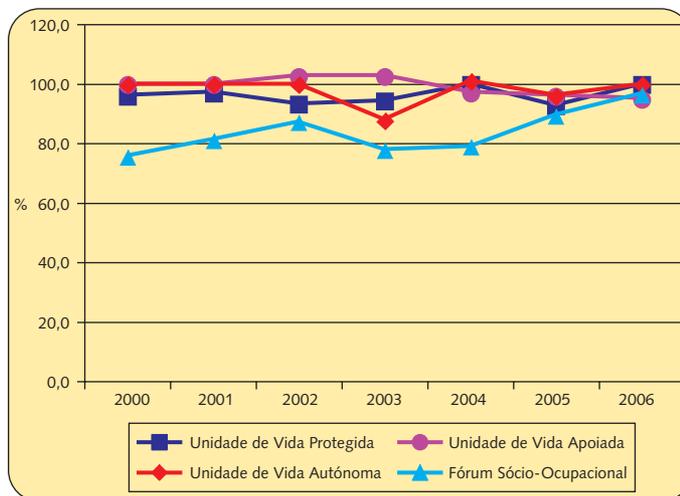




Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000-2006

No ano de 2006, a taxa de utilização em todas as respostas sociais na área da Saúde Mental subiu, situando-se em valores muito próximos de sobrelotação (98% em termos globais), depois de em anos anteriores a Unidade de Vida Apoiada, a Unidade de Vida Protegida e a Unidade de Vida Autónoma terem registado um número de utentes superior à capacidade instalada.

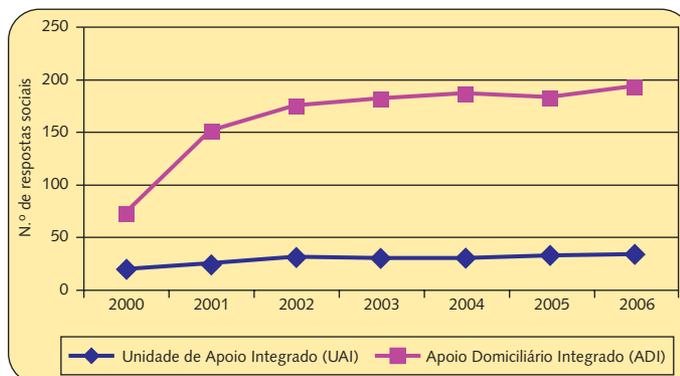
Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para a área da Saúde Mental ou Psiquiátrica Continente – 2000-2006



Pessoas em Situação de Dependência – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 2000-2006

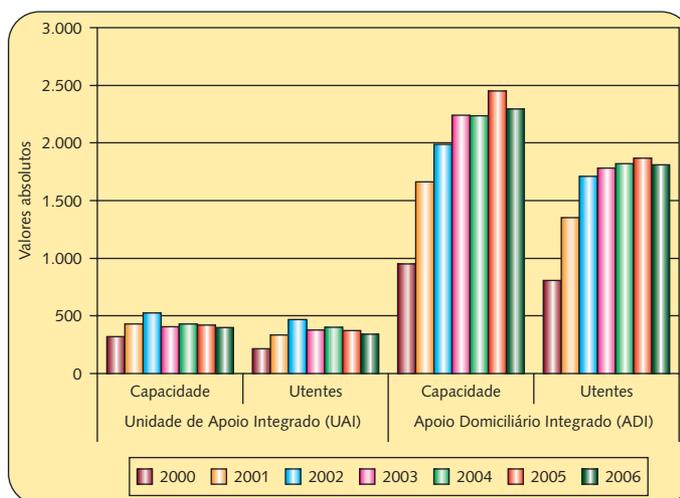
As respostas sociais para esta área têm revelado um desenvolvimento progressivo, com especial incidência no Apoio Domiciliário Integrado que apresenta um crescimento de 160% em relação ao ano de 2000.

Evolução das respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência Continente – 2000-2006



Em 2006 por referência ao ano 2000, o Apoio Domiciliário Integrado duplicou os valores da capacidade e do número de utentes.

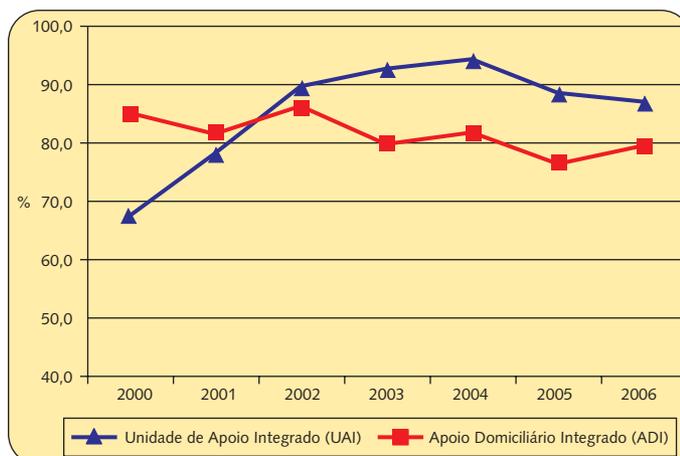
Evolução da capacidade e do número de utentes nas respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência Continente – 2000-2006



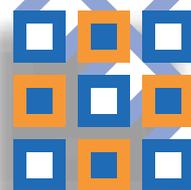
Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000-2006

A taxa de utilização, para estas respostas sociais tem sido irregular ao longo do período em análise.

Evolução das taxas de utilização nas respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência Continente – 2000-2006



Em 2006 verifica-se um comportamento contrário nas duas respostas sociais. Enquanto o Apoio Domiciliário Integrado apresenta uma ligeira subida de 3 pontos percentuais em relação ao ano anterior, a Unidade de Apoio Integrado revela um comportamento oposto. De qualquer modo as taxas utilização apesar das oscilações registadas situam-se actualmente (2006) em 86,7% e 79,2% respectivamente as UAI e o ADI, daí que numa leitura em termos de apreciação global a oferta é superior à procura.



4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

4.1 – Investimentos

Total dos Investimentos, evolução 1998-2006

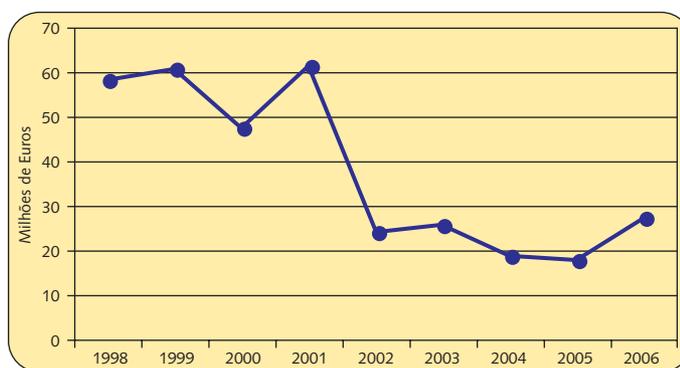
O investimento em serviços e equipamentos sociais, no período de 1998-2006, atingiu 341,1 milhões de euros (valores nominais).

O decréscimo do investimento ao longo dos últimos anos tem sido acentuado. No entanto, em 2006 em face da componente financeira resultante da receita dos jogos sociais que complementa o PIDDAC, constata-se uma ligeira recuperação, a qual tenderá a crescer em função do efeito da nova política desencadeada pelo actual Governo em matéria de investimento, tendo em vista o aumento da capacidade instalada.

Para além das verbas apresentadas no gráfico anterior prevê-se ainda um aumento significativo da despesa em investimento no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), uma vez que na 1ª fase foi considerada uma verba de 92 milhões de euros e na 2ª fase prevê-se um montante de 101 milhões de euros provenientes das receitas dos jogos sociais.

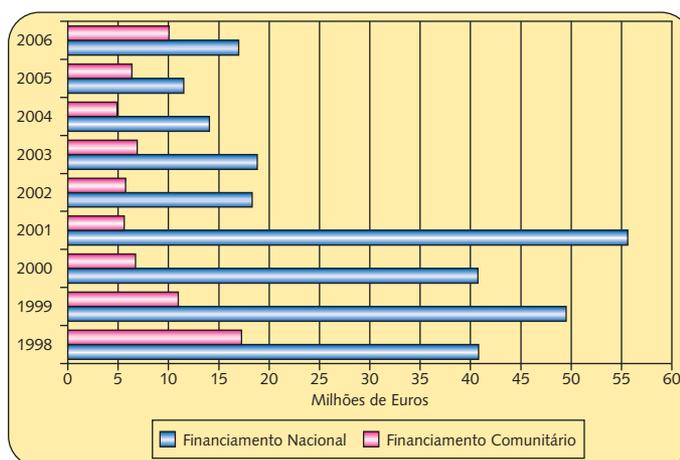
Numa análise desagregada do investimento, verifica-se que no período a componente nacional é sempre superior ao valor do investimento referente à componente comunitária.

Evolução do investimento em serviços sociais (valores nominais) Continente – 1998-2006



Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC informação disponibilizada pelo MTSS

Evolução do investimento em serviços e equipamentos sociais, por fontes de financiamento (valores nominais) Continente – 1998-2006



Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC informação disponibilizada pelo MTSS

Em 2006 o investimento no Programa de Serviços e Equipamentos Sociais representou cerca de 29% do orçamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social para investimento.

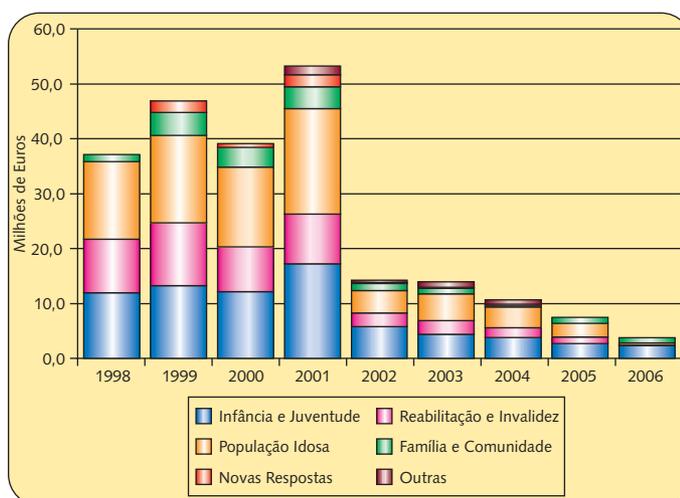
Como se pode verificar pela leitura do gráfico, as verbas executadas no ano de 2006 em termos totais, registam um crescimento significativo em relação ao ano anterior. De qualquer modo, o investimento na Rede é superior ao representado graficamente, atendendo aos programas entretanto iniciados e financiados por receitas dos jogos sociais.

Investimentos por áreas de intervenção, evolução 1998-2006

O PIDDAC não co-financiado regista um crescimento do investimento de 1998 para 2001, verificando-se a partir deste ano um decréscimo acentuado dos valores, devido à necessidade de redução do défice orçamental.

Em 2006 a área da Infância e Juventude obteve a maior percentagem de investimento (56%) seguida da área da Família e Comunidade (26,2%). Note-se, no entanto, que o gráfico não contempla a despesa financiada pelas receitas dos jogos sociais, dado que a informação disponível no momento não permite identificar a sua repartição pelas diferentes áreas de intervenção.

Financiamento para investimento – evolução do investimento por áreas de intervenção – Projectos não co-financiados Continente – 1998-2006

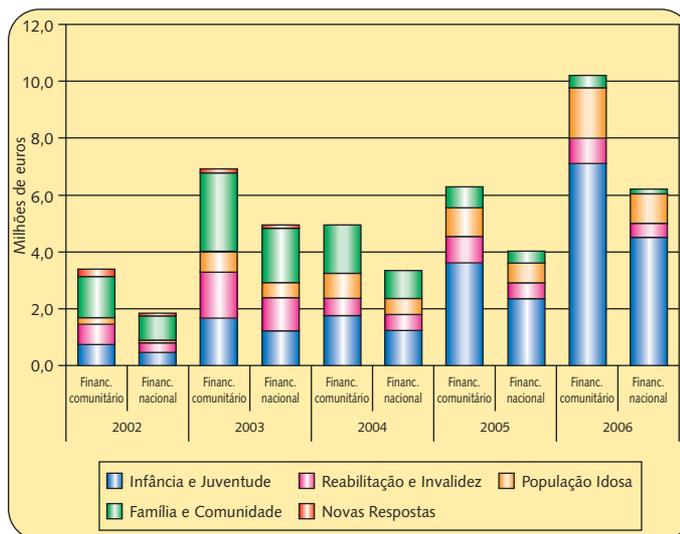


Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC



Relativamente ao programa de Promoção do Desenvolvimento Social (POEFDS e PORLVT), verifica-se que em 2006 a verba executada foi superior aos anos anteriores, constatando-se que os maiores investimentos foram também realizados nas áreas da Infância e Juventude (69,2%) e da Família e Comunidade (17,2%).

**Financiamento para investimento
Projectos Co-financiados – QCA III (POEFDS e PORLVT)
Continente – 2002-2006**



Fonte: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

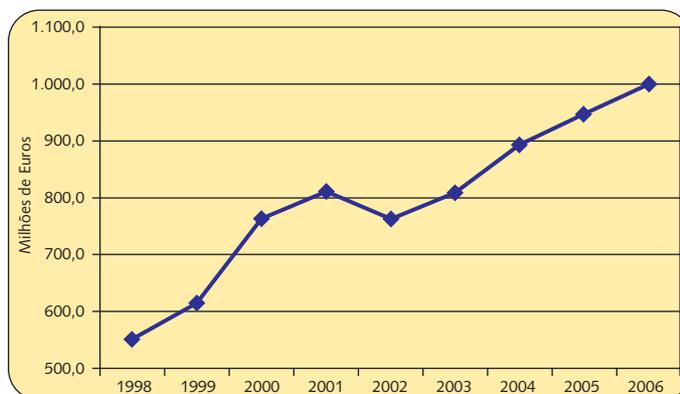
4.2 – Despesas de funcionamento

Despesa de funcionamento, evolução 1998-2006

A despesa com o funcionamento da Rede é suportada, principalmente, pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as IPSS, pela comparticipação atribuída ao utente ou ao seu familiar e pelas receitas próprias das instituições.

De acordo com o gráfico verifica-se um aumento acentuado da despesa com os acordos de cooperação, o que reflecte por um lado, a actualização contínua dos valores de comparticipação da Segurança Social e por outro lado, o aumento constante do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação. Em 2006, por referência ao ano base (1998), a despesa cresceu cerca de 81%.

**Evolução da despesa com os acordos de cooperação
(valores nominais)
Continente – 1998-2006**



Fonte: IGFSS, Conta da Segurança Social – Despesa com Sistema de Acção Social

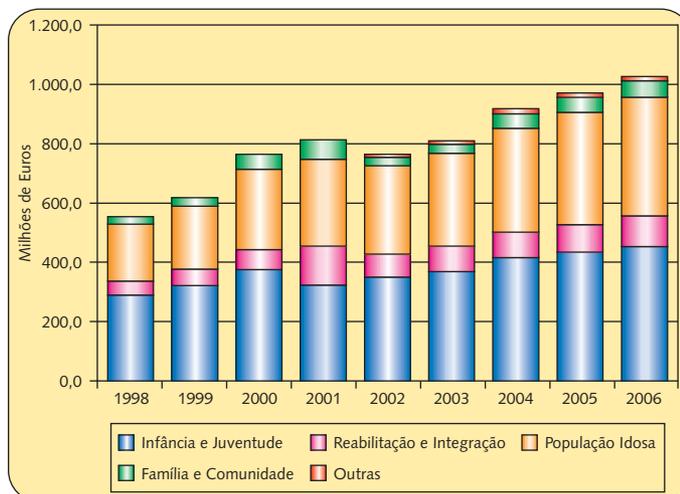
Despesas de funcionamento por áreas de intervenção, evolução 1998-2006

A Infância e Juventude e a População Idosa são as áreas com maiores encargos financeiros ao longo destes anos, representando em 2006, respectivamente 41,2% e 36,1% da despesa total.

Em «Outras» foram consideradas as despesas com as áreas da Toxicodependência, Pessoas infectadas com VIH/Sida, Saúde Mental e Pessoas em Situação de Dependência.

Contudo, a despesa global é ainda superior à apresentada no gráfico que não integra a despesa inerente à actividade dos estabelecimentos integrados dado que a informação disponível no momento não permite a desagregação por áreas de intervenção. Não obstante, a despesa dos estabelecimentos integrados representa 7,5% da despesa global.

Evolução da despesa de funcionamento por áreas de intervenção Continente – 1998-2006



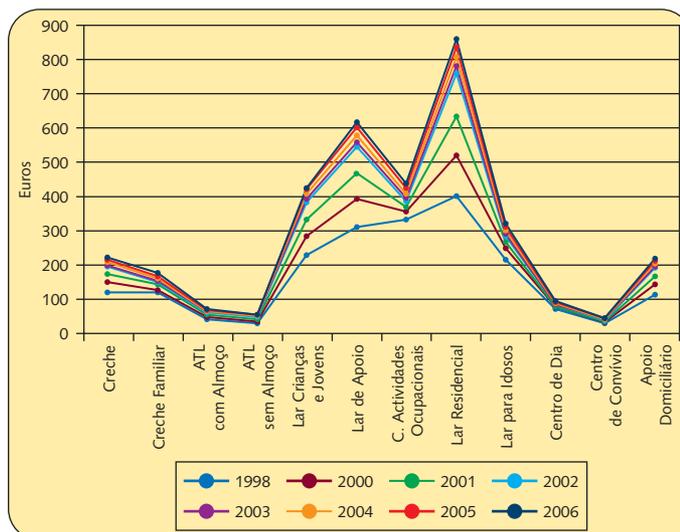
Fonte: IGFSS, Conta da Segurança Social – Despesa com Sistema de Acção Social

Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação, evolução 1998-2006

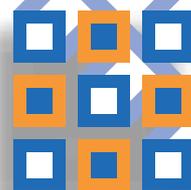
Em 2006 a comparticipação financeira da Segurança Social no que se refere às repostas sociais abrangidas por acordos de cooperação tipificados, celebrados com as IPSS, foi actualizada em 2,9%, sobre os valores praticados no ano anterior.

O Lar Residencial, o Lar de Apoio e o Centro de Actividades Ocupacionais, são as respostas sociais com a comparticipação mais elevada por utente.

Evolução da comparticipação da Segurança Social às instituições por resposta social e utente – 1998-2006



Fonte: Protocolos de Cooperação

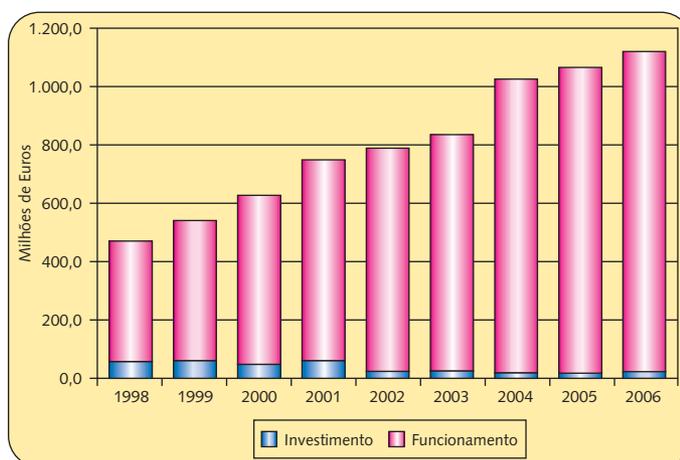


4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos

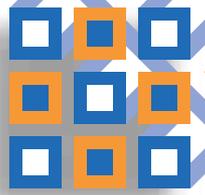
Considerando as despesas com o investimento e o funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos, regista-se um aumento ao longo do período de análise, verificando-se um crescimento de cerca de 140% (valor nominal) no conjunto das duas componentes.

É ainda de referir que as despesas de funcionamento para além de apresentarem maior peso percentual no conjunto das despesas, registam uma tendência de crescimento acentuado. Por outro lado, as despesas de investimento começam a registar uma tendência de recuperação em 2006, depois de uma redução significativa até ao ano de 2005.

Evolução do financiamento para investimento e funcionamento em serviços e equipamentos sociais Continente – 1998-2006



Fontes: GEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC
IGFSS, Conta da Segurança Social – Despesa com Sistema de Acção Social
Informação disponibilizada pelo MTSS



ANEXOS

NOMENCLATURAS E CONCEITOS

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, exarado em 06.11.2000)

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens

Primeira e Segunda Infância

Ama

Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha recta ou no 2.º grau da linha colateral por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio)

Creche Familiar

É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos centros regionais de segurança social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com actividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio)

Creche

Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/ /paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.

Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

É um serviço vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.

(Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar)

Actividades de Tempos Livres

Centro de Actividades de Tempos Livres

Resposta que se destina a proporcionar actividades do âmbito da animação sócio-cultural a crianças, tendencialmente, a partir dos 6 anos e a jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades, escolares, de trabalho e outras.

Os centros de actividades de tempos livres podem revestir várias formas, de acordo com o modelo de intervenção, nomeadamente: para acompanhamento/inserção (animação de rua, actividades de porta aberta); para prática de actividades especializadas (desporto, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, cine-clubes, clubes de fotografia); para multiactividades (onde se enquadram os clássicos centros de ATL).

Crianças e Jovens em Situação de Risco

Lar de Crianças e Jovens

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento de crianças/jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança/jovem.

Centro de Acolhimento Temporário – CAT²

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança/jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento.

² Também pode ter a designação de Casa de Acolhimento Temporário.

Unidade de Emergência

Resposta social integrada em estruturas de CAT e de Lar, constituída por vagas permanentemente disponíveis nestes equipamentos e que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata nos CAT.

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Resposta social vocacionada para o estudo, prevenção e o apoio sócio-terapêutico a crianças e jovens em situação de risco social ou de perigo e às suas famílias. A intervenção é centrada na família, através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade e é desenvolvida por equipas multidisciplinares, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população-alvo.

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em acolher, transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço e tecnicamente enquadradas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança/jovem. (Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro)

Adopção

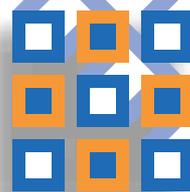
Resposta socio-legal para crianças e jovens em situação de risco que, à semelhança da filiação natural mas independentemente dos laços de sangue, se constitui legalmente entre adoptante e adoptando. (Baseado no artigo 1586 do Código Civil)

Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

Serviços e Equipamentos para Pessoas com Deficiência em Geral

Centro de Paralisia Cerebral

Estrutura polivalente especializada e de reabilitação para pessoas com deficiência neuro-motora e/ou com problemas de desenvolvimento, que integra actividades no âmbito da prevenção, detecção, avaliação e intervenção através de programas integrados, terapêuticos e sócio-educativos, promovidos por equipas transdisciplinares, tendo em vista o desenvolvimento, a habilitação e a integração sócio-familiar.



Apoio em Regime Ambulatório

Resposta inserida no âmbito do apoio a pessoas com deficiência neuro-motora e/ou com problemas de desenvolvimento, suas famílias e técnicos da comunidade, que integra actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa, promovidas por equipas transdisciplinares e desenvolvidas, com regularidade variável, definida consoante as necessidades da criança/jovem/adulto/família, nos centros especializados ou nos locais de vida daqueles.

Centro de Produção de Material

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que se destina a conceber, produzir, adaptar e testar material lúdico, didáctico e cultural, utilizado como suporte das actividades de natureza sócio-educativa, cultural e recreativa.

Imprensa Braille

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às actividades de natureza cultural e recreativa.

Transporte de Pessoas com Deficiência

Serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência que tem por objectivo facilitar a sua mobilidade, assegurando transporte e acompanhamento personalizado, em ordem à prossecução dos objectivos gerais de reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens com Deficiência

Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família

Estrutura polivalente especializada no âmbito da prevenção da detecção, avaliação e intervenção interdisciplinar, para apoio a crianças e jovens dos 0 aos 24 anos com deficiência e problemas de desenvolvimento, protecção e apoio a crianças e jovens em situação de risco ou de perigo e apoio às respectivas famílias, nomeadamente, através das seguintes respostas sociais:

- Intervenção Precoce, Adopção, Consultas de Avaliação e Orientação, Programas Integrados de Promoção Social e de natureza Terapêutica dirigidas a crianças, a jovens e a famílias.

Intervenção Precoce

Resposta destinada a crianças até aos 6 anos de idade que apresentem deficiência ou risco de atraso grave de desenvolvimento e que consiste numa medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social, com vista a:

- assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento da criança com deficiência ou em risco grave de desenvolvimento;
- potenciar a melhoria das interacções familiares;
- reforçar as competências familiares como suporte da sua possível capacitação e autonomia face à problemática da deficiência.

(Despacho Conjunto n.º 891/99, de 13 de Agosto)

Centro de Apoio Sócio-Educativo³

Resposta que integra actividades diferenciadas de natureza sócio-educativa, de apoio à integração e de apoios complementares, destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico resultante de:

- dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- problemas graves do foro emocional e comportamental.

Lar de Apoio

Resposta social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual. Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

³ A tutela destas actividades está em processo de passagem do MTS para o ME.

Serviços e Equipamentos para População Adulta com Deficiência

Centro de Actividades Ocupacionais – CAO

Estrutura destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave e profunda, com o objectivo de:

- estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades;
- facilitar a sua integração social;
- facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

(Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro e Despacho n.º 52/SESS/90, de 16 de Julho)

Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira

Resposta social desenvolvida em equipamento que proporciona, às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico à cegueira, bem como a sua integração familiar e social.

Lar Residencial

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro)

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas com deficiência a partir da idade adulta, quando se verificarem as seguintes situações:

- inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa adulta com deficiência;
- ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro)

Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência

Resposta social organizada em espaço polivalente, destinada a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sócio-cultural.

Serviços e Equipamentos para Idosos

Centro de Convívio

Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa dos idosos.

Centro de Dia

Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.

Lar para Idosos

Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.

(Despacho Normativo n.º 12/98, de 05 de Março)

Residência

Resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro)

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas idosas, quando se verificarem as seguintes situações:

- inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa idosa;
- ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro)

Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente, que consiste no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social, perspectivando-se, mediante a especificidade de cada situação, o encaminhamento do idoso ou para a família ou para outra resposta social de carácter permanente.

Centro de Noite

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (ex.: centro de dia, lar ou outra) dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas actividades da vida diária no domicílio, mas que, durante a noite, por motivo de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento.

Serviços e Equipamentos para Família e Comunidade

Atendimento/Acompanhamento Social

Resposta social que visa apoiar as pessoas e famílias em dificuldade, na prevenção e/ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, assente numa relação de reciprocidade técnico/utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da sua inserção, através, nomeadamente, do apoio à elaboração e acompanhamento de um projecto de vida.

Centro de Alojamento Temporário

Resposta social desenvolvida em equipamento destinado a acolher, por um período de tempo limitado, pessoas em situação de carência, nomeadamente, população flutuante, famílias desalojadas e outros grupos em situação de emergência social e que deve funcionar, preferencialmente, em articulação com outras respostas de carácter integrador.

Comunidade de Inserção

Resposta social desenvolvida em equipamento e que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de marginalização (nomeadamente sem-abrigo, ex-reclusos, mães solteiras).

Centro Comunitário

Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

Colónia de Férias

É uma resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores. Dirige-se a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade.

Refeitório/Cantina Social

Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal, tratamento de roupas e ainda outras desenvolvidas em ateliers.

Casa de Abrigo

Resposta social constituída por unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

Ajuda Alimentar a Carenciados

Resposta social que tem por finalidade contribuir para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, promovendo a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou outras entidades sem fins lucrativos.

Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes

Equipas de Intervenção Directa ou Equipas de Rua

Unidades de intervenção directa junto das populações toxicodependentes e suas famílias e, de uma forma geral, junto de comunidades afectadas pelo fenómeno da toxicodependência, com o objectivo de fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e de reinserção social através do desenvolvimento de acções articuladas de sensibilização, orientação e encaminhamento.

(Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março)

Apartamento de Reinserção Social

Unidades residenciais temporárias destinadas a apoio a toxicodependentes que se confrontam, designadamente, após a saída de unidades de tratamento ou após a saída de estabelecimentos prisionais, dos centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, com problemas de reinserção, quer familiar, social, escolar ou profissional.

(Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março)

Serviços e Equipamentos para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas pelo VIH/SIDA com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA que, por motivo de doença, não possam assegurar, temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades de vida diária.

Residência

Resposta social a desenvolver em equipamento destinada a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA, em ruptura familiar e desfavorecimento sócio-económico.

Serviços e Equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Fórum Sócio-Ocupacional

Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e/ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Unidade de Vida Apoiada – UVAP

Resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Unidade de Vida Protegida – UPRO

Estrutura habitacional, destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável (nomeadamente psicoses).

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Unidade de Vida Autónoma – UVAU

Estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, com boa capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programa de formação profissional ou de emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

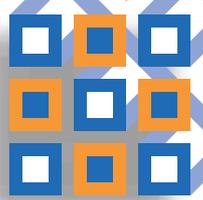
(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Serviços e Equipamentos para Pessoas em Situação de Dependência

Apoio Domiciliário Integrado – ADI

É um serviço que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio. Perspectiva-se como uma resposta charneira e prioritária cujo planeamento e avaliação cabe a uma equipa de cuidados integrados.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)



Unidade de Apoio Integrado – UAI

É uma unidade com capacidade máxima de 30 utentes, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, de acordo com a avaliação da equipa de cuidados integrados, manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

